



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - PL 7180/14 - ESCOLA SEM PARTIDO			
EVENTO: Audiência Pública e Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 0596/17	DATA: 30/05/2017	
LOCAL: Plenário 13 das Comissões	INÍCIO: 15h51min	TÉRMINO: 18h10min	PÁGINAS: 56

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ORLEY JOSÉ DA SILVA - Professor do ensino fundamental da rede pública municipal de Goiânia, Estado de Goiás, mestre em Letras e Linguística e doutorando em Ciências da Religião.

SUMÁRIO

Debate a respeito do Projeto de Lei nº 7.180, de 2014. Deliberação dos itens constantes da pauta.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.

Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.

Houve intervenção inaudível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Boa tarde a todos.

Nos termos regimentais, declaro aberta a 15^a Reunião Ordinária da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 7.180, de 2014, de autoria do Sr. Deputado Erivelton Santana, que altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a seus apensados.

Esclareço que esta reunião se destina à realização de audiência pública, nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 50 do Regimento Interno, e à deliberação de requerimentos.

Esclareço também, desde logo, que a audiência está sendo transmitida pelo Youtube e pelo perfil da Comissão no Facebook, onde os interessados poderão, nos comentários, fazer perguntas. Todos que queiram esclarecer dúvidas ou apresentar questionamentos podem, nos comentários, fazer isso tanto na página no Facebook quanto no Youtube. A Comissão iria realizar audiência interativa pelo e-Democracia, mas infelizmente isso não será possível, por problemas técnicos. Os que quiserem interagir poderão fazê-lo pelo Youtube ou pelo perfil do Facebook.

Consulto o Plenário se podemos iniciar a audiência pública e, alcançando-se o quórum de deliberação, suspendê-la para proceder à apreciação dos requerimentos constantes da pauta, como fizemos em audiências anteriores. Indago se há objeção.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, qual é o quórum?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - É de 16 Parlamentares.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Eu vou registrar presença agora, para efeito de quórum.

Os dois requerimentos têm como objetivo convidar a Sra. Heloisa Oliveira, da ABRINQ, para participar de audiência nesta Comissão. Eu queria só verificar com V.Exa. se Daniel Cara, da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, já foi ouvido pela Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Já. Ele já esteve aqui.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Ah, então, está bom. Não há divergência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Agradeço a V.Exa.



Não havendo objeção, fica assim pactuado: iniciamos a audiência pública e, na sequência, atingido o quórum, fazemos a deliberação dos requerimentos.

Vamos dar início agora à audiência pública.

Convido a tomar assento à mesa o Prof. Orley José da Silva, professor do ensino fundamental da rede pública municipal de Goiânia, mestre em Letras e Linguística e doutorando em Ciências da Religião, pela PUC Goiás.

Esclareço aos presentes que foram convidados para participar desta audiência pública e confirmaram presença o Sr. Marcel van Hatten, Deputado Estadual do Rio Grande do Sul, e a Sra. Rebeca Otero, representante da UNESCO — Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, conforme foi divulgado na página da Comissão. Contudo, os dois convidados, de última hora, informaram que não poderiam comparecer a esta audiência, o que inviabilizou o convite a outros expositores para recompor a Mesa de debates.

Esta Presidência lamenta, especialmente, a desistência da representante da UNESCO, que, pela segunda vez, deixa de atender ao convite desta Comissão, embora tenha, fora da Comissão, emitido alguns posicionamentos.

Enquanto a entidade se recusa a comparecer neste fórum legítimo de debates para expor as suas opiniões, pessoas ligadas ao órgão divulgam, até de forma irresponsável, eu diria, posicionamentos que subestimam e prejudicam os trabalhos deste colegiado. Foi o caso de Relatores da ONU, conforme se vê em matéria divulgada pelo *Estadão* no dia 13 de abril de 2017.

Lamento, portanto, a ausência da Sra. Rebeca Otero, representante da UNESCO, na audiência desta terça-feira. Era por todos nós aguardada nesta Comissão.

Para melhor andamento dos trabalhos, esclareço que adotaremos os seguintes procedimentos. O convidado disporá de 20 minutos para a sua exposição. Durante a sua fala, não poderá ser aparteado e deverá limitar-se ao tema em debate. Ao fim da apresentação, concederei a palavra primeiramente ao Relator, o Deputado Flavinho, e, em seguida, aos Deputados inscritos para o debate. Atendendo ao disposto no § 1º do art. 66 do Regimento, os Líderes não poderão interpelar o convidado se estiverem usando o tempo de Comunicação de Liderança. Ao interpelarem o convidado, os Parlamentares só poderão fazê-lo estritamente



sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo os convidados o mesmo tempo para a resposta. Por último, concederei a palavra aos Deputados não membros que aqui estiverem presentes.

Agradecendo mais uma vez a presença de todas as senhoras e de todos os senhores e a do nosso convidado, daremos início à nossa audiência pública. Antes, agradecemos também aos que nos assistem pelo Facebook e pelo Youtube, que podem fazer perguntas. As perguntas serão direcionadas à Mesa, e, na medida do possível, nós as transmitiremos aos convidados e aos Parlamentares aqui presentes.

Passo a palavra ao nosso convidado, o Prof. Orley José, professor do ensino fundamental da rede pública municipal de Goiânia, mestre em Letras e Linguística e doutorando em Ciências da Religião, pelo prazo de 20 minutos, para sua manifestação nesta Comissão, a quem, mais uma vez, agradeço a presença.

O SR. ORLEY JOSÉ DA SILVA - Boa tarde a todos.

Gostaria de cumprimentar o Presidente desta Comissão, Deputado Marcos Rogério, e o Relator, Deputado Flavinho.

Eu cumprimento o Deputado Hidekazu Takayama, Presidente da Frente Parlamentar Evangélica, o Deputado Izalci, o Procurador Miguel Nagib, o Deputado Átila Lira, a Deputada Creuza, o Deputado Glauber, os senhores e as senhoras e também aqueles que estão nos assistindo pela TV, pelo Youtube ou pelo Facebook.

Eu sou professor em Goiânia, professor concursado da Prefeitura de Goiânia. Trabalho com a primeira fase do ensino fundamental, justamente com os alunos que são os motivos dos livros com que trabalharei aqui nesta tarde, alunos que têm entre 6 e 10 anos.

Os alunos da primeira fase do ensino fundamental entram com 6 anos no 1º ano e terminam o 1º ano normalmente com 7. Eles entram no último ano da primeira fase, no 5º ano, com 10 anos de idade e o terminam, mais ou menos, com 11 anos.

Então, eu gostaria que entendessem que tudo o que vou mostrar aqui é para esse público, para crianças dessa faixa etária, crianças que têm entre 6 e 10 anos.

Eu pediria permissão ao Sr. Presidente para ficar em pé.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Fique à vontade. (Pausa.)



O SR. ORLEY JOSÉ DA SILVA - As ocorrências mostradas referem-se ao Programa Nacional do Livro Didático — PNLD para o triênio 2016-2018.

São livros para a primeira fase do ensino fundamental. Eles atendem a crianças do 1º ao 5º ano, crianças que têm entre 6 e 10 anos de idade. Elas entram com 6 anos de idade e saem com 10, 11 anos de idade.

Esses livros chegaram à escola no ano passado e atendem aos alunos de toda a rede pública e também da rede privada. As escolas da rede privada que desejam adquirir os livros do PNLD, ou seja, os livros recomendados pelo MEC, podem fazê-lo, inclusive as confessionais.

(Segue-se exibição de imagens.)

Esta é a imagem de um livro que faz uma comparação entre os Governos do Presidente Fernando Henrique, do Presidente Lula e da Presidente Dilma Rousseff.

Só desse lote de livros, eu tenho aproximadamente 600 imagens. Sei que o tempo é curto. Eu trouxe apenas alguns exemplares para mostrar aos senhores, mas disponibilizo este meu acervo a esta Comissão.

São mensagens não muito elogiosas ao Governo de Fernando Henrique, bastante elogiosas ao Governo do Presidente Lula e mais elogiosas ainda ao Governo da Presidente Dilma Rousseff.

Esses livros apresentam uma visão multicultural da sociedade. Temos que entender que o multiculturalismo é múltiplo. Não existe um só multiculturalismo. E eles pegaram justamente o multiculturalismo mais radical, a parte mais radical do multiculturalismo.

O método que eles usam na construção do material didático é o método crítico-cultural. Em todo o programa, em todos os livros de todas as matérias, em todos os conteúdos, prioriza-se a crítica à cultura e a crítica à sociedade, a problematização da cultura e a problematização da sociedade.

Neste campo, este livro fala sobre os movimentos sociais no Brasil, a luta pela terra, a reforma agrária, cidadãos e cidadãs solidários. E há uma referência ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Eu gostaria que entendessem que muitas dessas temáticas fogem ao alcance dos alunos dessa faixa etária. Nós estamos tratando de alunos que têm 6, 7, 8, 9 e 10 anos de idade. Está certo?



Aqui se fala sobre os sem-terrinha: “Os *sem-terrinha* são crianças que vivem em assentamentos e acampamentos. Geralmente, os acampamentos são montados nas propriedades que os *sem-terra* reivindicam. Observem a fotografia e respondam à questão no caderno”.

Então, aqui eles falam das crianças que moram nos assentamentos, que são os sem-terrinha. O livro traz isso para o contexto da sala de aula. E os alunos, para responderem aos exercícios, têm que assumir a personagem de um sem-terrinha.

Neste livro, há um mapa da distribuição da propriedade no Brasil. Aqui se fala sobre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA e sobre a quantidade de assentamentos em cada região do País. De acordo com este gráfico, na Região Norte, há 360 assentamentos; na Região Nordeste, 305; na Região Sul, 157.

Esta é a imagem de uma jornada de trabalhadores sem terra. Vemos aqui duas opiniões acerca da reforma agrária. Uma é de Frei Betto, e a outra, de D. Bertrand de Orleans e Bragança. São opiniões contrastantes, contraditórias.

Fala-se em assentamentos de 1.500 famílias, acampamentos.

Isso está em todos esses livros. Aproximadamente 30% do conteúdo desses livros que chegaram às escolas ano passado fazem referência aos movimentos sociais e crítica à cultura ou à sociedade.

Eu gostaria de ressaltar que, este ano, chegaram os livros do triênio 2017-2019 que se referem ao 6º, ao 7º, ao 8º e ao 9º ano, a segunda fase do ensino fundamental. O conteúdo é o mesmo.

Estas são opiniões acerca da reforma agrária, uma não favorável ao Governo Fernando Henrique, uma favorável ao Governo Lula e uma também favorável ao Governo Dilma Rousseff. Há opiniões de empresários, de sindicalistas acerca da reforma agrária.

Esta é a imagem de uma passeata promovida pelo movimento dos sem-teto em São Paulo.

Enfim, desde os 6, 7 anos de idade, as crianças vão sendo bombardeadas com essa visão, para que elas possam ter simpatia por essa causa, por esses movimentos sociais.

Há imagens de assentamentos, de índios.



É interessante a propaganda que se faz também acerca dos movimentos sociais. O movimento negro, por exemplo, é muito prestigiado nos materiais didáticos. Eles têm a clara intenção de alcançar o aluno negro, para que ele se identifique com essa pauta, com essa causa, procure se inteirar mais disso e conhecer a história dos seus ancestrais, a sua cultura, a sua religiosidade, e assim vai.

Esta imagem se refere aos 25 anos do Geledés — Instituto da Mulher Negra. É uma propaganda sobre eles.

Fala-se sobre o 20 de Novembro, o Dia Nacional da Consciência Negra, sobre o Movimento Negro Unificado. Veem-se aqui dois símbolos.

Fala-se também sobre o movimento LGBT.

Esta é uma propaganda, uma releitura acerca do período do regime militar, para as crianças, em dois itens, *Os militares no poder* e *Os antecedentes do golpe militar*.

Esta página exalta a política de João Goulart e o coloca como vítima do processo.

Acerca do ensino da cultura afro nas escolas, eu gostaria de fazer uma observação. A Lei nº 10.639, de 2003, alterou a LDB, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Com isso, o ensino da cultura afro passou a ser obrigatório em todas as escolas brasileiras, públicas ou particulares. É louvável que se ensine a cultura africana nas escolas, afinal nós temos ligações fortíssimas com a África. Quase metade da população brasileira é descendente de africanos. Eu acho que se deve sim estudar a cultura africana na escola. Mas nós temos que entender o continente africano como um continente de múltiplas etnias, de múltiplas histórias, de múltiplas culturas. E também o negro brasileiro não é monocultural, ele é multicultural.

A primeira versão dessa lei enfocava o ensino da cultura afro na escola. Só que essa nova lei, do ano de 2008, que alterou o art. 26-A da LDB, em seu § 1º, diz que “*o conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira (...)*”.

Esses diversos aspectos não existiam na primeira versão da lei. Isso foi acrescentado em 2008. Com o fato de terem incluído esses diversos aspectos,



abriu-se a possibilidade para que se ensinasse a religiosidade afro nas escolas. Então, hoje, pouco se ensina na escola acerca da história dos africanos, da história do continente africano, até mesmo do negro brasileiro contemporâneo, das diferentes culturas do negro brasileiro, das diferentes vertentes religiosas do negro brasileiro. A vertente que se dá à escola é a do ensino do candomblé e da umbanda.

A justificativa para a mudança do texto, em 2008, para abrir essa possibilidade foi esta: *“Fez-se necessário para garantir uma ressignificação e valorização cultural das matrizes africanas que formam a diversidade cultural brasileira”*. Isso está no livro didático de 2016 e está também no livro didático da segunda fase do ensino fundamental.

Hoje, a criança brasileira começa a estudar sobre o candomblé e a umbanda aos 6 anos de idade. Aos 10 anos, conhece tudo acerca dos ritos, dos mitos, das doutrinas, das festas dessas religiões. Aos 10 anos de idade, os alunos conhecem todo esse conteúdo da religiosidade afro, especialmente do candomblé e da umbanda. Isso vai se aprofundar na segunda fase do ensino fundamental.

Agora eu quero fazer um adendo sobre a Base Nacional Comum Curricular — BNCC. Ela está tramitando. Hoje se encontra no Conselho Nacional de Educação. Além de manter essa proposta de ensino, faz com que continue nas escolas, no lugar do ensino da história multiétnica e multicultural dos africanos, do continente africano e das diversidades dos negros brasileiros, o ensino do candomblé e da umbanda. Isso está de acordo com a nova BNCC.

Mais do que isso, agora, nessa nova BNCC entraram também as religiões orientais. Por um lado, tem-se o apagamento da cultura cristã, o apagamento da religiosidade cristã dentro do ambiente escolar e, por outro, a ressignificação de outras religiões. Só que elas não entram com o argumento na categoria de religião. O candomblé e a umbanda entram como elementos culturais trazidos da África e ressignificados no Brasil. Já o budismo, o hinduísmo e o xintoísmo vão entrar na BNCC não como religiões, mas sim como técnicas terapêuticas e comportamentais.

Estes dois textos são da BNCC. Estão na pág. 175 da BNCC. Os senhores podem fazer a tradução da engenharia linguística que foi construída no texto. É dito o seguinte:



As ginásticas de conscientização corporal reúnem práticas que empregam movimentos suaves e lentos, tal como a recorrência a posturas ou à conscientização de exercícios respiratórios, voltados para a obtenção de uma melhor percepção sobre o próprio corpo. Algumas dessas práticas que constituem esse grupo têm origem em práticas corporais milenares da cultura oriental.

Aqui não há referência à religião.

Nessa página, pode-se ler ainda o seguinte:

Essas práticas podem ser denominadas de diferentes formas, como: alternativas, introjetivas, introspectivas, suaves. Alguns exemplos são a biodança, a bioenergética, a eutonia, a antiginástica, o Método Feldenkrais, a ioga, o tai chi chuan, a ginástica chinesa, entre outras.

Então, a porta está aberta para esse ensino às nossas crianças que têm 6, 7, 8, 9 e 10 anos de idade. Essa BNCC, a BNCC que está no Conselho Nacional de Educação, não é para o ensino médio, não, é para o ensino fundamental. E agora, em 2017, as crianças não estão chegando à escola mais com 6 anos. Desde este ano, as crianças estão entrando na escola aos 4 anos. Está certo? Elas já vão ser formatadas com essa nova visão.

Isto está no livro que chegou no ano passado. Mostra a visão sobre a criação do mundo, a criação do universo de acordo com o candomblé. Eles fazem uma aproximação com a visão cristã, porque o substrato cultural brasileiro entende a criação de acordo com o ponto de vista cristão. Eles então fazem a aproximação do discurso. Este é um trecho: “*Eles dizem que primeiro havia Glan, que era a vida e o movimento do universo. Glan então enrolou-se em espirais de sentidos inversos*”, e por aí vai.

Esta é a imagem de Iemanjá.

Os alunos então têm que fazer os trabalhos e os exercícios acerca das divindades africanas.



Vemos agora imagens de terreiro de candomblé, baiana, o seu projeto como forma de homenagear os deuses de sua religião, orixás que têm ligação com o catolicismo. *“Cosme e Damião ou Ibejis?” (Pausa.)*

Estes são deuses do candomblé: Xangô, Iansã, Oxalá, Ogum, Nanã. Aqui está o significado, para que as crianças possam conhecer os atributos de cada uma dessas divindades. *“Antigamente, os orixás eram homens. Homens que se tornaram orixás por causa de seus poderes.”*

Este é um ritual religioso do candomblé nas margens do Lago Guaíba. Eles colocam os gaúchos porque não só negros, mas também brancos praticam o candomblé.

Este é um trecho de uma reportagem com a Mãe Sílvia, e por aí vai.

Os exercícios também têm palavras do candomblé, para que os alunos possam encontrar as paroxítonas, as proparoxítonas.

Esta é a lenda do arco-íris, a respeito de como surgiu o arco-íris, de acordo com o candomblé.

No livro, pede-se que o aluno explique como Oxumarê fez a chuva, como foi que ele criou a chuva e a fez parar.

Esta é uma foto muito conhecida de Pierre Verger. Ela é de uma fiel em transe.

Há várias referências nos livros, em vários lugares, às religiões evangélicas, às pentecostais. Este trecho é um exemplo:

E assim como tudo que fazia parte desse universo, tais religiões — apesar de sua influência e importância na construção da cultural nacional — também foram perseguidas e, em determinados momentos históricos, até proibidas. Atualmente, os ataques mais expressivos às religiões de matriz africana vêm das chamadas religiões “neopentecostais”, que comumente as rotulam de “culto dos demônios”, “crendices” e “feitiçarias”.

Toda essa ignorância (...) — e por aí vai.

Está acontecendo também a ressignificação das festas da cultura cristã. A Páscoa está sendo ressignificada na escola. Ela já não é mais a Páscoa cristã. O



Natal também não. O Dia dos Pais e o Dia das Mães estão sendo suprimidos das escolas, de acordo com essa visão multicultural.

Aqui há o exemplo do Natal. O que é o Natal? Todos sabem que o Natal é uma festa cristã. A narrativa do Natal é uma narrativa cristã. Pois aqui, no livro didático, eles colocam o Natal segundo o candomblé, o Natal segundo o budismo, o Natal segundo o islamismo. Essa é uma forma de desconstruir, na cabeça da criança, essa narrativa tradicional que existe acerca do Natal.

Saiu do livro didático a Mona Lisa e entrou a Frida Kahlo, uma mexicana muito reverenciada pelos movimentos feministas, pelo movimento LGBT e também pelos comunistas, por causa da sua vida de sofrimento, da sua vida de lutas e da sua superação. Ela tem uma história de vida de muitos embates. Ela, inclusive, hospedou em sua casa Leon Trotsky. Quando ele saiu da Rússia, fugido da União Soviética, ele foi para a casa dela. Depois os dois acabaram se tornando amantes. Em todos esses livros, as crianças, até os 10 anos de idade, veem Frida Kahlo pelo menos umas dez vezes.

Com relação à família, eles procuram relativizá-la. Famílias formadas por dois homens ou duas mulheres são apresentadas em condição de igualdade para as crianças, com o argumento de combaterem o preconceito. Este é o argumento: o combate ao preconceito com relação às famílias minoritárias e às sexualidades minoritárias. Esse é o argumento.

Eles sempre apresentam os dois modelos, em livros para crianças de 6 anos, 7 anos.

Esta é uma família, segundo diz o livro, moderna. É a família brasileira do século XXI. Isso está no livro para crianças de 8 anos, 9 anos, o livro número 4. São dois homens e uma mulher que formam uma família.

Agora eles já não estão mais chamando-a de família, já não é mais família. O termo “família” já está sendo deixado de lado. Agora estão tratando de agrupamentos familiares. Neste caso aqui, há poligamia. Há um homem, e todas as mulheres adultas são dele, e os filhos também.

Doenças sexualmente transmissíveis. Propaganda de camisinha. Isso é para criança de 9 anos, de 10 anos de idade.



Mostra-se a taxa de detecção de casos de AIDS em jovens de 15 a 24 anos. Mas o público desses livros não tem essa idade, tem 9, 10 anos de idade.

Esta página é muito sintomática. A ideologia de gênero foi rejeitada no Plano Nacional de Educação. A ideologia de gênero chega às escolas não com este nome. Ela chega ressignificada. Inclusive, eu quero dizer que a ideologia de gênero permanece na BNCC. A BNCC não alterou em nada a política de desconstrução da identidade das crianças, da identidade pessoal e da identidade familiar das crianças. Isso não foi desconstruído nessa BNCC.

Eles fizeram um processo de reengenharia linguística. Eles ofereceram de graça as palavras de que vamos atrás costumeiramente. Eles deixaram isso lá como boi de piranha. *“Peguem essas palavras aí!”* Mas todo o conteúdo da desconstrução da identidade pessoal e familiar permanece na BNCC, nessa BNCC que está aí. Não mudou em nada, não.

Querem ver? Vamos interpretar este texto, intitulado *Diversidade sexual*. Prestem atenção, sexualidade é diferente de sexo, sexualidade é uma condição, um processo. Este é o texto:

A nossa sexualidade é um processo que se inicia em nosso nascimento e vai até a nossa morte. Ela envolve, além do nosso corpo, nossa história, nossos costumes, nossa cultura. (...) Ela não se limita à relação sexual, pois envolve sentimentos e nos motiva a procurar o contato físico e afetivo, a intimidade de um relacionamento, podendo ou não haver reprodução.

Nós, seres humanos, somos diversos e plurais quanto às nossas características físicas e psíquicas. Essa diversidade também se aplica à maneira como cada um de nós se relaciona e se expressa afetiva e sexualmente.
(...)

A orientação sexual é a atração afetiva e sexual que uma pessoa sente por outra. (...) A heterossexualidade é apenas uma das formas de o ser humano vivenciar sua sexualidade. A homossexualidade



e a bissexualidade são também meios de expressão da sexualidade. (...)

O início da vida sexual e afetiva é sempre marcado por descobertas e encantamento, mas também por angústias e dúvidas diante dos novos sentimentos. É assim tanto para os jovens e as jovens heterossexuais quanto para os jovens e as jovens homossexuais. (...)

Este é um texto que se encontra na mesma página:

Como você pode perceber, não se pode dizer que há uma maneira certa ou errada de se relacionar afetiva e sexualmente. Embora a heterossexualidade seja a forma de se relacionar mais aceita em nossa sociedade, é preciso respeitar as outras formas de as pessoas se relacionarem e evitar julgamentos, intolerância e atitudes agressivas — essa parte que eu li por último está plenamente correta. Afinal, ser cidadão é conhecer seus direitos para poder ser respeitado, mas também respeitar o direito do outro.

Essa parte está correta. O que não está correto é fazer determinadas afirmações. A criança tem o livro didático como a voz da ciência. A linguagem do livro didático é uma linguagem científica. Além disso, existe a voz do professor, a fala de autoridade do professor.

O aluno acaba aprendendo que sua sexualidade é fluida. A sua sexualidade vai se desenvolver durante a vida inteira.

Aqui se fala sobre comportamento sexual instintivo. Prestem atenção nisto. Os defensores da ideologia de gênero têm a visão de que, no passado, no início da espécie humana, as pessoas se relacionavam sexualmente de forma livre, de forma instintiva. Então, essa ideologia alimenta o sonho de se voltar a essa origem. A felicidade do ser humano estaria em usar dos seus instintos, em deixar os seus instintos aflorarem. No livro didático, esta afirmação está presente:

(...) O comportamento sexual instintivo é próprio de cada espécie, mas nos humanos eles vêm sofrendo



adaptações culturais — é a cultura que está fazendo com que essa capacidade intuitiva seja diminuída — *de tal monta que não nos é mais possível dizer qual seria o comportamento sexual das pessoas se pudessem voltar ao tempo do puro instinto. Regras culturais, vestimentas, cosméticos, adornos, elementos artificiais criados pelo ser humano, acabaram proporcionando uma ampliação no conceito de sexualidade.*

Estes são alguns dos livros em que estão esses materiais.

Deputado Marcos Rogério, eu tenho feito pesquisas. Muito modestamente, muito humildemente, eu tenho desenvolvido, ao longo da minha docência, pesquisas nos livros didáticos. Eu sempre gostei de estudar os livros didáticos, os materiais didáticos e o currículo. Posso dizer ao senhor, aos Srs. Deputados que estão aqui e a quem estiver nos assistindo que estamos dentro de um processo revolucionário na educação. Esse processo já está instalado. Independentemente do Governo que esteja no poder, a revolução está instalada nas escolas, através do material didático.

Passou, foi, está nas escolas, já desceu para a educação infantil. Isto que nós estamos vendo nas universidades, a juventude transviada das universidades, é o reflexo do que serão as nossas crianças, os nossos adolescentes no futuro, não muito distante, como resultado desse modelo que está instalado nas escolas, principalmente dos últimos 2, 3 anos para cá, porque os livros de 2016 e 2017 são cópias, *ipsis litteris*, dos pressupostos teóricos da primeira BNCC.

Quando esse livro de 2016 saiu — eu fiz essa crítica aqui numa das reuniões de que participei —, o livro de 2016, para 2016, 2017 e 2018, parece que esses livros conversaram, pelo visto, com aquela BNCC primeira, aquela primeira versão, que foi criticada por todo mundo. Aquela primeira versão é a que está nesses livros. Nós estamos discutindo a BNCC, mas ela já está nas escolas, multicultural, crítica-histórica, crítica-social. Está aí esse problema para nós, como sociedade brasileira, resolvemos.

Muito obrigado a todos.

Muito obrigado mesmo pelo convite e pela oportunidade. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Esta Presidência agradece ao Prof. Orley José suas contribuições.

Ao longo desta reunião, os Parlamentares terão a oportunidade de fazer questionamentos ao nosso convidado. Recebemos várias perguntas pelas redes sociais, tanto pela página no Youtube como pela página do Escola sem Partido no Facebook. Daqui a pouco, passaremos aos questionamentos.

Eu convidaria o Deputado João Campos para assumir esta Presidência. Há dois requerimentos para serem deliberados, sendo um deles de minha autoria. A intenção é só a de fazer a votação desses requerimentos. Na sequência, nós retornaremos à abordagem dos Parlamentares, inicialmente com a fala do Relator. Conforme foi pactuado no início da reunião, faremos a deliberação dos requerimentos e, depois, daremos sequência à audiência pública. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Havendo número regimental, suspendo a audiência pública e passo à parte deliberativa da reunião, conforme acordado.

Tendo em vista que a ata da 14ª Reunião Ordinária foi disponibilizada antecipadamente na página da Comissão e que cópias dela se encontram sobre as bancadas desde a abertura do painel, pergunto se há alguma retificação a ser feita. (Pausa.)

Não havendo, submeto a ata à aprovação.

Os Deputados que aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovada.

Votação dos requerimentos.

Item 1. Requerimento nº 32, de 2017, do Deputado Marcos Rogério, Presidente desta Comissão, que requer seja convidada a Sra. Heloisa Oliveira, da Fundação ABRINQ, para debater o tema Escola sem Partido neste Colegiado.

Item 2. Requerimento nº 33, de 2017, do Sr. Deputado Flavinho, Relator desta Comissão, que requer a realização de audiência pública destinada a debater o Projeto de Lei nº 7.180, de 2014, com a presença da Sra. Heloisa Helena de Oliveira, Administradora Executiva da Fundação ABRINQ.

Alguém deseja fazer encaminhamento?

Tem a palavra o Deputado Marcos Rogério.



O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sr. Presidente, gostaria apenas de agradecer aos Parlamentares. Eu não vou fazer o encaminhamento.

Trata-se de uma pessoa amplamente conhecida não só por este colegiado mas também pelo Brasil inteiro. Pela posição que ocupa e pela influência que exerce, seria importante a sua presença neste colegiado, para que trouxesse também as suas contribuições em relação a este tema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Muito obrigado.

Pergunto ao Deputado Flavinho se deseja fazer alguma observação. (Pausa.)

Consulto à Comissão se podemos votar os requerimentos em bloco.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Sr. Presidente, eu tenho uma dúvida regimental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Pois não, Deputado Eduardo Bolsonaro.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - É regimental apresentar apenas com base na oralidade requerimento para que ocorra um seminário do Escola sem Partido em Campo Grande ou teria que ser apresentado de maneira formal, por escrito? (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - Ele é sempre apresentado por escrito. Se houvesse na pauta um requerimento a respeito de igual tema, nós só o aditariámos. Como não é o caso, eu peço a V.Exa. que o apresente por escrito.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - O.k. Na semana que vem, então, eu o apresento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado João Campos) - O.k.

Consulto os Deputados se podemos votar em bloco os requerimentos. (Pausa.)

Havendo concordância, em votação os requerimentos.

Os Deputados que os aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovados.

Retomamos agora os trabalhos da nossa audiência pública.

Convido o nosso Presidente para reassumir a sua posição de direito e de fato.

Eu agradeço a S.Exa. pela deferência de ter me convidado para assumir esta Presidência neste instante.



Enquanto o Deputado Marcos Rogério reassume os trabalhos, gostaria de convidar todos os Parlamentares e amigos aqui presentes para que, encerrando os trabalhos desta Comissão, participem de uma jornada que realizamos anualmente contra o aborto e pela vida. Neste instante, ela está sendo realizada na Esplanada dos Ministérios. Iremos até o Supremo Tribunal Federal. Será um prazer contra com aqueles que puderem participar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Agradeço ao eminente Deputado João Campos a cooperação.

Neste momento, passo a palavra ao Deputado Flavinho, eminente Relator desta matéria junto a este colegiado.

O SR. DEPUTADO FLAVINHO - Boa tarde, Sr. Presidente, nosso ilustre convidado, Prof. Orley José, Srs. Deputados que já estão conosco nesta Comissão e aqueles que acompanham quase semanalmente os nossos trabalhos, que são tão importantes para esta Casa e para o nosso País. Também quero saudar aqueles que nos acompanham pelos meios de comunicação, especialmente aqueles que nos acompanham pela minha página no Facebook.

Primeiramente, gostaria de deixar registrada a minha tristeza pela não presença da convidada de hoje, representante da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura — UNESCO, da mesma forma da representante da Organização das Nações Unidas — ONU.

Na última segunda-feira — aliás, ontem —, estávamos quase em uma micareta em Salvador, juntamente com os Deputados Eduardo Bolsonaro e o Deputado Bacelar, que também é membro desta Comissão, e fui mencionado pelo Sr. Daniel Cara — inclusive, ele já esteve aqui conosco — para que eu pudesse, como Relator, ter acesso e ler as notas técnicas emitidas por essas organizações, especialmente pela ONU e UNESCO. Disse a ele que o faria com muito gosto, se ele viesse à Comissão e apresentasse o seu posicionamento, porque acho justo e louvável que a Comissão esteja aberta a todos que têm pareceres contrários e favoráveis. E eu, como Relator, sempre gosto de relembrar que, desde o início desta Comissão, eu fui o primeiro a colher todos os nomes. Inclusive, sou requerente de



audiências públicas que foram realizadas com pessoas com opiniões contrárias. Não temos nenhum problema em ouvir o contraditório.

Agora, não acho correto ser ali instigado por um debatedor que tem conhecimento das notas técnicas e as acrescenta ao meu relatório. A partir do momento em que convidamos essas pessoas para virem — já é a segunda vez que declinam do convite —, não nos parece muito séria a postura ou a nota apresentada, uma vez que não têm coragem de vir a esta Comissão apresentar seu parecer. Não entro no mérito do motivo do não comparecimento, mas, por duas vezes, uma entidade como a UNESCO não conseguir uma pessoa para ser representada parece-me um pouco estranho.

Então, deixo claro que, como Relator, estou muito aberto a todos os pontos de vista, a todos os posicionamentos, mas gosto sempre de tratar o assunto com muita transparência e com muita responsabilidade, porque também, diferentemente do que alguns já disseram aqui, esta Comissão, para mim, não é perda de tempo. Se as discussões sobre a doutrinação nas escolas estão acontecendo ou não, com a intensidade que é apresentada ou não, elas me parecem de grande relevância e de grande importância de serem debatidas nesta Comissão. E não estou nesta cadeira como Relator, como mero fantoche; estou aqui para debater este assunto, para colher essas informações e, ao final, apresentar um relatório que realmente venha atender a essas demandas que estão sendo apresentadas nesta Comissão. Então, registro aqui também a minha tristeza pelo não comparecimento do representante, ou da representante, da UNESCO.

E faço coro com o Presidente. Também fui um dos requerentes desse requerimento para convidarmos a Sra. Heloísa, visto que também vi, nas redes sociais, uma matéria que dizia da discordância da ABRINQ, dessa senhora, com relação a esta Comissão, muito mais do que ao projeto, ao mérito do projeto, mas a esta Comissão.

Então, é importante que também ela possa estar conosco para apresentar aqui os seus argumentos, fazer as suas argumentações ao vivo, junto conosco, para que também possa contribuir com a nossa Comissão.

O meu intuito, e tenho plena certeza de que é o intuito do nosso Presidente, é exatamente este: que o espaço seja ocupado por todos aqueles que têm posições



contrárias e favoráveis ao projeto, para que nós possamos enriquecer este debate tão importante para a nossa sociedade.

Como nós temos apenas um expositor, eu vou direcionar exatamente ao ponto que me parece mais importante da explanação, que hoje toca na questão religiosa.

Nós aqui muitas vezes ouvimos debatedores que trazem pontos com doutrinação política ou que dizem que isso não acontece. Mas hoje eu vejo que isso está bem focado principalmente na temática religiosa.

Então eu já começo com a seguinte pergunta ao Sr. Prof. Orley José, partindo do que nós escutamos aqui muitas vezes da laicidade do Estado: ensinar de forma aprofundada as religiões de matriz africana, como mencionado por V.Sa., o candomblé e a umbanda, não é ferir a laicidade do Estado, fazendo proselitismo a essas religiões?

Também incluo aquilo que V.Sa. trazia da questão das filosofias orientais, já como que ensinadas de forma sistemática nesses livros a crianças a partir de 4 anos. V.Sa., que é um *expert* na área, nos trazia que crianças a partir de 4 anos já estão sendo introduzidas a isso na escola. Não é mais a partir dos 6 anos, chegando até os 10, 11 anos, como V.Sa. colocava. Baixaram a idade para 4 anos. Assim, em vez de 6 a 10 anos, baixou-se um pouquinho a idade para 4 anos. E a criança já estaria sendo introduzida numa religião. Seria muito mais do que aprender de forma cultural, seria uma introdução à religião. O meu questionamento é nesse sentido.

E, apesar de não tê-lo como mera ação cultural, eu faço a pergunta dentro daquilo que V.Sa. nos trouxe como elemento para esse debate: seria incorreto dizer que o catolicismo está sendo discriminado e desprezado como “religião cultural” — e coloquei entre aspas exatamente por isso que eu dizia antes —, visto que aqui chegou com os portugueses antes mesmo dos africanos com as suas religiões, citadas por V.Sa? Gostaria de ouvir o posicionamento de V.Sa. com relação a essas duas ponderações.

O SR. ORLEY JOSÉ DA SILVA - O catolicismo desprezado como religião cultural, o cristianismo está, sim, sendo desprezado como religião cultural na escola. O cristianismo faz parte da base cultural da sociedade brasileira. Não temos como negar isso. Noventa por cento da população brasileira declara-se cristã. Então a



maioria dos professores é cristã, a maioria dos alunos também é cristã, e essa cultura acaba se refletindo naturalmente na escola.

Atualmente, por exemplo, nós estamos tendo um movimento para não se orar mais o Pai-Nosso na escola. As professoras da alfabetização têm o costume de, quando as crianças chegam com o lanche, com elas cantar uma musiquinha: “*Oh, Senhor, abençoe esta comida*”. Nós já temos movimentos para impedir que esse tipo de oração seja feita pelas professoras da alfabetização com as criancinhas, com os pequenos.

Então há uma intolerância com relação ao cristianismo na escola hoje, nós já podemos dizer isso, e há uma abertura para as outras religiões. É muito fácil identificar o cristianismo como religião, mas as outras religiões não estão chegando à escola como religião, mas como cultura. As religiões de matriz africana, por exemplo, o candomblé e a umbanda, estão chegando à escola como elementos culturais trazidos da África e pertencentes à comunidade de negros do Brasil.

O SR. DEPUTADO FLAVINHO - Por isso eu fiz essa pergunta colocando a religião como cultural. Partindo do pressuposto cultural, independente de nós tratarmos como cristianismo. E eu concordo com esse ponto, não seria o mesmo com o catolicismo?

O SR. ORLEY JOSÉ DA SILVA - Sim.

O SR. DEPUTADO FLAVINHO - A minha pergunta é no sentido cultural, porque, ao chegarem aqui, os portugueses católicos celebraram uma missa. Então é algo cultural que aconteceu em nosso País.

Não seriam da mesma forma, seguindo por essa linha de raciocínio, o cristianismo e catolicismo, como religião iniciante no País, tratados também com mais amplitude numa Base Nacional, por exemplo, como é proposta a questão do candomblé e da umbanda? Seria possível fazer esse paralelo cultural, como religião cultural?

O SR. ORLEY JOSÉ DA SILVA - Sim, claro, e isso não seria proselitismo. É uma base que se diz multicultural, uma escola que se diz multicultural, livros didáticos que se dizem multiculturais, um projeto que se diz multicultural. Mas dentro desse multiculturalismo não cabe a cultura cristã. A cultura cristã não cabe dentro deste multicultural.



O islamismo está chegando às escolas através dos livros didáticos. Nós temos vários livros didáticos com referência ao islamismo. As religiões orientais estão chegando como elemento terapêutico, para aclamar as crianças, tranquilizá-las, com a prática de meditação, meditação transcendental, yoga, reiki.

Na Secretaria de Educação de Goiânia havia um departamento para isso. Eles fazem cursos para os professores, inclusive curso de mestrado em reiki, que é da filosofia budista, ou seja, eles treinam professores, isso antes da BNCC — Base Nacional Comum Curricular. Isso está previsto na BNCC que vem. Antes da BNCC, isso já está acontecendo. Em Goiânia eles treinam os professores em reiki, há curso de mestrado em reiki dentro da Prefeitura de Goiânia. Eles treinam os professores. Eles trabalham com eles mesmos e desenvolvem essa prática na prática pedagógica com as crianças na escola.

Escutem o que eu estou falando, por favor. Não é a primeira vez que eu faço isso. Desde 2013 eu venho fazendo alguns alertas. Depois dessa Base Comum Curricular, daqui a 3 a 5 anos, quando ela estiver em vigor, vai se proliferar pelo Brasil, pelas Secretarias de Educação, pelas universidades “cursos culturais”, entre aspas, mas com outro nome — candomblé, umbanda, budismo, xintoísmo, hinduísmo, vertentes da Nova Era. Isso vai virar uma celeuma nas escolas daqui a 3 a 5 anos.

E o cristianismo, a cultura cristã, como cultura — eles não entendem o cristianismo como cultura, mas como religião; eles não entendem a Páscoa como cultura, mas como elemento religioso; eles não entendem o Natal como cultura, mas como elemento religioso —, vai sendo suprimido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Agradeço os questionamentos e as ponderações do Deputado Flavinho, Relator desta matéria na Comissão.

Na sequência passo a palavra aos Parlamentares inscritos. Pela ordem dos Deputados inscritos, como membro, falará inicialmente o Deputado Glauber Braga.

V.Exa. tem a palavra pelo tempo regimental.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Prof. Orley, se o senhor permitir, eu queria bater um papo, conversar com o senhor.

O SR. ORLEY JOSÉ DA SILVA - É claro, Deputado Glauber, sem problema.



O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Professor, o material que o senhor apresentou vai estar disponibilizado para a Comissão?

O SR. ORLEY JOSÉ DA SILVA - É claro, para todo o mundo, Deputado Glauber.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Perfeito. Eu queria fazer outra pergunta ao senhor. O senhor fez uma apresentação e nessa apresentação, quando falava de reforma agrária, colocou uma imagem do Fernando Henrique Cardoso e uma imagem do Lula.

O SR. ORLEY JOSÉ DA SILVA - Sim.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - E disse que no livro didático existia uma referência negativa a Fernando Henrique Cardoso e uma referência positiva a Lula. Era isso?

O SR. ORLEY JOSÉ DA SILVA - Sim. Fernando Henrique Cardoso aparecia reclamando que, no seu Governo, todos os movimentos sociais batiam forte no seu Governo, porque ele não fazia reforma agrária e inclusive organizações internacionais de esquerda batiam forte nele. E ele reclamava disso: *"Poxa, eu fiz o maior programa de reforma agrária do País"*. Ele reclamava disso. Mas é uma imagem negativa para o Presidente Fernando Henrique.

E mais embaixo aparecia o Lula dizendo que a reforma agrária dele é uma reforma diferente, uma reforma que valoriza o campo, que dá condições de trabalho para os agricultores.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Aquilo que o senhor considerou ser uma menção negativa ao Governo de Fernando Henrique eram aspas do próprio Fernando Henrique Cardoso e aquilo que o senhor considerou ser uma menção positiva a Lula eram aspas do próprio Lula. É isso?

O SR. ORLEY JOSÉ DA SILVA - Sim, são aspas. Os textos estão entre aspas. São dizeres dos dois, são discursos dos dois.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - E o senhor acha que o texto escolhido para Fernando Henrique foi de uma menção negativa, mesmo ele dizendo que tenha sido o Presidente que mais investiu na reforma agrária no Brasil, mesmo assim, o senhor considerou que o texto era negativo?



O SR. ORLEY JOSÉ DA SILVA - Sim, pelo contexto, porque se tem que considerar o contexto em que a fala está inserida. Depois, o senhor pode...

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - O senhor sabe dizer se o próprio Fernando Henrique Cardoso tem manifestação semelhante à do senhor ou se ele já fez alguma menção elogiosa à forma como aquele livro didático colocou as duas versões, em que ele e o Sr. Luís Inácio Lula da Silva aparecem? O senhor sabe de alguma menção que já tenha acontecido nesse sentido?

O SR. ORLEY JOSÉ DA SILVA - Deputado Glauber Braga, eu não tenho conhecimento se o Presidente Fernando Henrique teve acesso a esse conteúdo. Eu não tenho esse conhecimento disso.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Perfeito.

Há uma terceira pergunta que eu queria fazer ao senhor. Eu não consegui compreender adequadamente quando o senhor fez uma crítica ou uma avaliação crítica sobre os pontos específicos que tratavam da cultura oriental. Gostaria que o senhor explicasse um pouco mais do que se trata, ou seja, a crítica que o senhor apresentou neste ponto.

Há também uma segunda pergunta: de todos os livros didáticos que o senhor apresentou aqui, de fato, nenhum deles — este é o questionamento que eu queria fazer ao senhor — trata do cristianismo como manifestação cultural?

O SR. ORLEY JOSÉ DA SILVA - O cristianismo está praticamente apagado, Deputado Glauber.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Eu vou repetir a minha pergunta, porque eu acho que, talvez, eu não me tenha feito ouvir.

O SR. ORLEY JOSÉ DA SILVA - Eu sei. Eu entendi. Eu entendi a pergunta do senhor.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Nos livros didáticos mencionados pelo senhor e que foram aqui apresentados, nenhum deles trata do cristianismo como manifestação cultural, como trata outras religiões, como, por exemplo, o candomblé, as manifestações orientais? Os livros simplesmente suprimem o cristianismo como manifestação cultural?



O SR. ORLEY JOSÉ DA SILVA - Tratam de maneira diferenciada, Deputado Glauber. Isso é público e notório nesses últimos livros que têm sido produzidos de acordo com essa perspectiva ideológica.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Mas estão presentes? Só para eu entender.

O SR. ORLEY JOSÉ DA SILVA - Sim.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Gostaria de fazer a última pergunta, porque, pela forma como o senhor apresentou, a impressão que fica para quem está assistindo à audiência neste momento é que as únicas religiões apresentadas como manifestações culturais foram necessariamente as orientais ou as relativas ao candomblé e à umbanda, como se o cristianismo não tivesse sido apresentado como tal. Essa foi a percepção que tive quando vi a apresentação do senhor. Acho importante reformos um entendimento diferente do que na minha visão foi apresentado pelo senhor.

Esse era só um questionamento, só uma pergunta.

O SR. ORLEY JOSÉ DA SILVA - Eu posso complementar?

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - É claro, com certeza.

O SR. ORLEY JOSÉ DA SILVA - O senhor me perguntou acerca das religiões orientais. O budismo, o hinduísmo, o xintoísmo são religiões, só que elas estão sendo trazidas para a Base Curricular não como religiões ou culturas, mas como elementos terapêuticos, como o senhor mesmo pôde ler no texto. Trata-se de técnicas de saúde terapêuticas interessantes para meditação. Usa-se muito quando se trabalha com crianças que têm comportamentos difíceis, que são agitadas em sala de aula. Usa-se a yoga. Essas técnicas estão sendo inseridas em nosso sistema educacional não como religião ou cultura, mas como elemento terapêutico.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Essa é a crítica do senhor?

O SR. ORLEY JOSÉ DA SILVA - Essa é a minha crítica.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Se a manifestação cultural necessariamente, inclusive de maneira milenar, tratar de aspectos que, porventura, tenham na manifestação cultural uma dedicação a determinados episódios que tratam dessas manifestações como terapêuticos, isso na cultura milenar ser



colocado como tal por essas próprias manifestações, e se estiver contido num livro didático, o senhor considera que é um problema?

O SR. ORLEY JOSÉ DA SILVA - Mas por que não é apresentado como religião, se são religiões?

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Eu só estou perguntando.

O SR. ORLEY JOSÉ DA SILVA - Não...

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Essa é uma interpretação do senhor.

O SR. ORLEY JOSÉ DA SILVA - Mas por que elas precisam se camuflar em práticas terapêuticas, em simples elementos culturais? Se se tem por causa da religião, a religião não faz parte da BNCC. Aí se exclui o cristianismo, entendeu como é? Mas as outras aproveitam a brecha, entram como elemento cultural e estão lá.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Prof. Orley, faço minha última pergunta.

O SR. ORLEY JOSÉ DA SILVA - Sim, Deputado.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - O senhor poderia expor algo aos Deputados aqui.

O SR. ORLEY JOSÉ DA SILVA - O senhor fique à vontade.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Quero fazer duas perguntas que para mim têm a ver com a interpretação daquilo que o senhor apresentou como ideias apresentadas aqui e que, é claro, sugerem uma necessidade de interpretação crítica dos Parlamentares.

Primeira pergunta: o senhor tem convicção formada sobre a decisão do Supremo Tribunal Federal, que reconhece a possibilidade de que seja celebrado casamento civil entre pessoas do mesmo sexo? O senhor tem convicção sobre esse assunto e acha que o livro didático, de alguma forma, pode estar indo contra aquelas que são as suas convicções pessoais?

Quanto à segunda pergunta, eu desconheço a resposta. Não vem aqui também uma posição minha como se fosse um adiantado do que o senhor tem a dizer. O senhor falou e apresentou aqui alguns episódios do que teria sido o período de ditadura militar brasileira. E aqui encerro, Sr. Presidente, porque sei que já falei



bastante. O senhor considera que o que aconteceu em 1964 no Brasil pode ter sido considerado um golpe?

Essas são as minhas duas perguntas.

O SR. ORLEY JOSÉ DA SILVA - Vou responder. Não vou fugir das suas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Vou apenas fazer uma ponderação.

Embora o Deputado Glauber tenha feito esses dois questionamentos de forma respeitosa, V.Sa. tem a liberdade para respondê-la, ela não faz parte do objeto do projeto em debate.

O SR. ORLEY JOSÉ DA SILVA - Era o que eu ia falar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Só estou fazendo o registro.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Ele gosta de chocolate ou de caramelo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Só estou fazendo um registro.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Tem que saber se gosta mais de chocolate ou de caramelo. Se eu gosto mais de chocolate, você é contra o caramelo? É contra o morango?

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Só queria dizer que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Mas cabe ao convidado, se ele quiser responder, a liberdade... Não há nenhum...

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - O mérito não é esse.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Só queria dizer, respeitosamente, Presidente, que, é claro, o convidado pode querer responder, pode não querer responder, essa é uma prerrogativa do convidado, como acho também, aí falo respeitosamente com o Deputado Flavinho, que é uma prerrogativa dos convidados, mesmo que sejam críticos a esta Comissão, tomarem a decisão de virem ou não à Comissão, a partir daquilo que fazem como avaliação, se a presença deles é positiva ou negativa tem que estar aberto.



O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Sr. Presidente, em que pese ser respeitosa, sabemos no fundo qual é a intenção dele? É pegar e jogar uma massa contra o senhor.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Calma. Não precisa do nervosismo.

Eu sei que o convidado tem a liberdade de responder se quiser ou não.

O SR. DEPUTADO FLAVINHO - Sr. Presidente, não estamos debatendo isso hoje.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Do ponto de vista da interpretação dos fatos e do que foi apresentado, considero que as perguntas são relevantes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Agradeço V.Exas. pelas ponderações.

Esta Presidência tem o papel apenas de informar ao convidado da sua desobrigação em responder quando extrapolam os temas.

A pergunta está feita, se V.Sa. quiser responder. Porém, não há nenhum prejuízo em deixar de respondê-la.

Em relação ao Deputado Flavinho — não é para fazer defesa, porque S.Exa. está aqui e poderia fazê-la pessoalmente —, sobre a convidada da UNESCO, a crítica que S.Exa. fez e que esta Presidência também fez é que é facultado ao convidado vir ou não, porque não se trata de convocação, mas, quando se compromete em vir, é deselegante e desrespeitoso com a Comissão declinar de última hora, como foi feito em dois convites, em duas oportunidades. Na última sexta-feira, ela declinou. Falo apenas em relação a esse episódio, mas V.Exa. tem sido bastante presente aqui, sempre muito respeitoso.

Prof. Orley José, V.Sa. tem a palavra para a resposta.

O SR. ORLEY JOSÉ DA SILVA - Deputado Glauber Braga, eu vou responder a V.Exa., não vou fugir de suas perguntas.

Acerca das imagens e da decisão do STF sobre a união homoafetiva, eu considero, sim. É uma decisão do STF, temos que respeitá-la. Este é o primeiro ponto.

Há outra coisa: a minha fala não foi contra os homossexuais, nem contra as lésbicas ou contra os gays, a minha fala não foi contra eles. Quando mencionei os



livros, quando os mostrei, é porque o projeto que se tem acerca dos livros didáticos, com a inserção desse tema, da desconstrução da identidade pessoal da criança e da identidade familiar, possui um argumento equivocado. O argumento é para combater a discriminação contra essas pessoas e contra essas famílias. Esse é o argumento, para que não haja discriminação. E temos que treinar as crianças para isso. Essa é a visão. A visão da ideologia é que as crianças têm que ser treinadas para que, no futuro, não tenham preconceito para com essas pessoas.

Ninguém, na nossa sociedade, deve sofrer preconceito, ninguém. Contudo, essa estratégia é mentirosa. Não visa formar pessoas que, no futuro, não vão ter preconceitos. Muito pelo contrário, essa ideologia parte do ponto de desconstruir a identidade da criança, de desconstruir a identidade de ser homem e de ser mulher, e da possibilidade que ele pode ter de se relacionar sexualmente com pessoas do mesmo sexo ou com grupos de pessoas, como se apresenta lá. Eu mostrei, no livro, famílias com três pessoas, famílias com muitas. Portanto, os livros já vão formando na mente da criança essa visão.

Quando a criança chega aos 10 anos de idade — esse é o projeto —, sabe quantas vezes ela já terá visto essa questão de ideologia de gênero, Deputados? Dez vezes, porque ela estará vendo em disciplinas diferentes, duas vezes por ano. Aos 10 anos de idade, essa criança está confusa com relação à sua identidade pessoal e à sua identidade familiar. Ela fica confusa. Chega confusa à idade da adolescência.

Nós estamos começando a conhecer essa geração. O índice de suicídio entre adolescentes está altíssimo — não sei se V.Exa. tem acompanhado isso. Eu trabalho na escola. Nós temos que ficar vigiando os banheiros e vigiando as salas de aula, já como reflexo não só nas escolas, mas na mídia, nas novelas, nos comerciais.

Portanto, não confundam essa nossa cruzada contra a presença da ideologia de gênero nos livros das crianças. Não confundam isso com preconceito e com desapreço aos programas que tratam da discriminação dessas pessoas, de forma alguma.



O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Deixe-me entender. O senhor não tem uma posição crítica sobre a decisão do Supremo Tribunal Federal que reconhece o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo?

O SR. ORLEY JOSÉ DA SILVA - É o Supremo Tribunal Federal. Eu não sou da área do Direito. Eu respeito a decisão do Supremo Tribunal Federal.

O SR. DEPUTADO FÁBIO SOUSA - Tendo ou não, não é o que está sendo debatido aqui.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Só para contribuir, Deputado Glauber Braga, o Supremo Tribunal Federal não entendeu o casamento, mas a união estável. O Conselho Nacional de Justiça — CNJ é que entendeu a união civil, não foi o Supremo Tribunal Federal. Foi o CNJ.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Agradeço aos Parlamentares as ponderações e agradeço ao Deputado Glauber Braga os seus questionamentos e a interação com o Professor.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Ele não vai responder à segunda pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Não houve outra pergunta.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - A de 1964.

O SR. ORLEY JOSÉ DA SILVA - Deputado Glauber Braga, eu tinha 1 ano de idade nessa época. Eu vou abster-me dessa resposta.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Muito obrigado.

O SR. ORLEY JOSÉ DA SILVA - Se eu tivesse sido uma testemunha ocular... Mas eu tinha apenas 1 ano. Nasci em 1963. Contudo, pelo que eu li nos livros, pelo que li da história, os militares subiram ao poder com o consentimento do Congresso Nacional.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Então, para o senhor, não foi golpe?

O SR. ORLEY JOSÉ DA SILVA - Como?

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Para o senhor, não foi golpe?

O SR. ORLEY JOSÉ DA SILVA - Para mim, não. Os militares subiram ao poder com o consentimento do Congresso Nacional.



O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - O.k., eu estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. ORLEY JOSÉ DA SILVA - O Congresso Nacional votou. Ou foi mentira? Não foi isso?

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Na minha avaliação, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Vamos deixar esse tema para o próximo debate.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Na minha avaliação, foi golpe. Mas isso pode servir para outro tipo de debate entre nós.

O SR. DEPUTADO FÁBIO SOUSA - Pode ter sido depois, não em 1964. É isso que ele está querendo dizer.

O SR. ORLEY JOSÉ DA SILVA - O Congresso Nacional autorizou a chegada dos militares.

O SR. DEPUTADO FÁBIO SOUSA - Eu até concordo que, com o tempo, tenha havido a manutenção no poder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Vamos marcar uma reunião para discutir esse tema com a profundidade que merece.

O Deputado Flavinho solicitou a palavra por 1 minuto.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - O Deputado Glauber Braga tem fetiche com 1964. Ele perguntou ao Nagib e a outro expositor. Achei até que se tratava de um seminário sobre 1964.

Deputado Glauber Braga, vamos dar um passeio na biblioteca e V.Exa. vai ver quem votou em Castello Branco, em Juscelino Kubitschek...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Deputado Eduardo Bolsonaro, por favor...

O SR. DEPUTADO FÁBIO SOUSA - Eu vim aqui para falar, Sr. Presidente. Estou inscrito para falar no plenário.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Aí V.Exa. vai perceber o que foi golpe. Tudo é golpe.

O SR. DEPUTADO FÁBIO SOUSA - Vamos pensar daqui para a frente.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - É porque eu já conheço a sua posição sobre 1964.



O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Democracia é o Lula nas Diretas Já!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Quero fazer um pedido aos Parlamentares. Esse é um tema transversal à Comissão. Quando entra em pauta, nós todos acabamos perdendo o foco no debate do projeto que estamos a avaliar e estudar aqui.

Agradeço a V.Exas. as contribuições e também o acatamento.

Passo a palavra ao Deputado Flavinho, Relator da matéria.

O SR. DEPUTADO FLAVINHO - Sr. Presidente, quero responder ao Deputado Glauber Braga com relação ao meu estranhamento ao declínio do representante da UNESCO. Por exemplo, eu sou Relator da matéria e fui convidado para estar com o Deputado Paulo Freire e acompanhar o seminário em Campinas. Na ocasião, estive presente. Não estive no Rio de Janeiro por uma questão de agenda. A data marcada foi alterada e, quando avisaram, infelizmente eu tinha um compromisso que não pude adiar. Também estive em São Paulo e em São José dos Campos. Nesta segunda-feira, estive com o Deputado Bacelar em Salvador, na Bahia.

Acredito que aqueles que são contrários ao projeto e que têm um espaço privilegiado nesta Comissão deveriam comparecer, ainda mais quando confirmam presença e tiram espaço de outro para estar aqui, colocando-se favorável ou contrário. Então é, no mínimo, a meu ver, deselegante e desrespeitoso. É somente nesse sentido.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Agradeço a V.Exa. as ponderações.

Várias perguntas nos chegam pelo espaço e-Democracia, de Nadjane, Mirtes Nascimento, Leandro Mapa, Luciano Oliveira, Rita Marcelino, Gilson Ricardo, Marta Gouveia, Ludmila e Marcelo Alves. Não vamos conseguir responder a todas, mas vamos ler e encaminhá-las ao Relator e ao convidado, para que possam responder ao conjunto de perguntas que chegam tanto pela página do Facebook quanto pela



página do Youtube e pelo espaço e-Democracia. Alguns fazem ponderações, outros, questionamentos. Nós daremos atenção a elas. Cada um merece.

Agradeço, desde já, a participação a todos neste espaço democrático.

O próximo inscrito é o Deputado Pr. Marco Feliciano. O Deputado Fábio Sousa faz um apelo para um rápido registro, porque precisa ir para o plenário. Eu indago a V.Exa., Deputado Pr. Marco Feliciano, se faz essa concessão a ele.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Embora eu também tenha que ir para o plenário, vou aquiescer ao pedido do meu grande amigo.

O SR. DEPUTADO FÁBIO SOUSA - Eu agradeço, Deputado, porque estou inscrito para falar.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Eu também estou. (Riso.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Eu agradeço ao Deputado Pr. Marco Feliciano a compreensão. S.Exa. está sempre presente nesta Comissão.

Passo a palavra ao Deputado Fábio Sousa para suas ponderações, questionamentos ou avaliações.

O SR. DEPUTADO FÁBIO SOUSA - Perfeitamente. Obrigado.

Sr. Presidente, primeiro, quero cumprimentar V.Exa. e o Relator Flavinho e fazer menção ao Prof. Orley, que conheço de Goiânia e que tem uma luta em prol da escola independente. Quando se fala em escola sem doutrina, significa uma escola independente, uma escola que vem educar, ensinar as nossas crianças os nossos jovens. Ele tem uma história muito respeitada em Goiânia e em Goiás como educador. Então, merece de toda a Casa, de todos nós Deputados o reconhecimento pelos seus anos de ensino em Educação. Ele é mestre, no sentido literal da palavra, e mercê o nosso reconhecimento.

Eu quero, antes de mais nada, fazer um protesto, porque as perguntas do Deputado Glauber Braga, pelo menos aquela com que encerrou, não tem nada a ver com este debate. Na verdade, sexualidade não deve ser ensinada para criança em nenhuma forma. A escola não deveria ser instrumento para isso. Ela deveria sim ensinar que nós devemos respeitar todos, independentemente da escolha que a pessoa venha a fazer. Mas uma criança de 8, 9, 10, 11 anos não tem preparo psicológico ou qualquer outro para fazer esse tipo de escolha. Ela tem, na verdade, que aprender Matemática, História, Geografia, etc.



Mas eu cheguei, o Deputado Relator estava fazendo uma observação e o professor estava respondendo, sobre as tradições cristãs, que, muitas vezes, são interpretadas nas escolas como se fossem religião, como outras tradições religiosas são interpretadas já de uma forma cultural.

A bem da verdade, nós não podemos tirar o Cristianismo da tradição, da cultura, em nenhuma forma, da educação. Eu sou historiador, sou formado em História. Eu sei o que estou falando. A fundação da cidade de São Paulo foi feita pelos jesuítas. Se não fosse a escola dos jesuítas, não haveria São Paulo. A primeira missa que o Deputado Flavinho mencionou foi celebrada pelo Bispo Henrique de Coimbra. Se não fosse a primeira missa, não haveria o registro histórico do País.

Agora vou perguntar algo que vai deixar meu amigo Eduardo bravo: por que não fazemos o registro histórico do trabalho do Reverendo presbiteriano James White no País?

Enfim, o Cristianismo faz parte da nossa cultura, da nossa história. É só lembrar que os Presidentes Brasileiros, na sua maioria, declaravam-se cristãos — católicos, evangélicos e por aí vai. Então, como se tirar da tradição cultural os ensinamentos cristãos? Não tem jeito.

Agora, da mesma forma que eu não sou favorável a que se ensine uma religião predeterminada em uma escola pública, eu também não quero que se ensinasse a minha. Eu gostaria que fosse independente: que não houvesse nenhuma doutrinação religiosa. Quem tem que ensinar religião é o pai. Ou matriculem seus filhos, como eu fiz, em uma escola confessional. Fazer isso é um direito do pai e da mãe. Mas, na escola pública, não.

Agora, dizer que não vai trazer para dentro da escola as tradições culturais cristãs é dizer que não vai trazer a tradição cultural brasileira, porque o Brasil existe assim; o Brasil foi fundado assim; faz parte da sua história a tradição cultural cristã.

Era só esse registro que eu gostaria de fazer.

Parabenizo mais uma vez o Prof. Orley, que eu conheço de longa data, de longas batalhas. Sei do seu compromisso com a educação pública. Ele disse aqui: *“Eu sou professor”*. É verdade. Ele está na sala de aula; não está só na teoria, como



muitos intelectuais que vêm aqui e ficam só na teoria. Ele está na prática também. Então, merece nosso reconhecimento.

Eu agradeço ao Pr. Marco Feliciano, ao Presidente e ao Relator também

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Agradeço a V.Exa., Deputado Fábio Sousa, pelas suas contribuições.

Na sequência, passo a palavra ao Deputado Pr. Marco Feliciano.

Antes, entretanto, vou pedir ao Deputado mais uma concessão: o Deputado Eduardo Bolsonaro está aqui e o Pastor Paulo Freire também. O Deputado Takayama hoje foi o primeiro que chegou aqui. Embora não seja membro desta Comissão e devesse, por isso, falar por último, eu vou fazer um apelo em nome dele para que o ouçamos na sequência.

Deputado Pr. Marco Feliciano, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Sr. Presidente, eu só peço que V.Exa. tenha paciência comigo como teve com o Deputado Glauber Braga, que falou com nosso debatedor por 12min30seg. Peço que V.Exa. tenha a mesma paciência comigo.

Quero cumprimentar o Prof. Orley pelo brilhante posicionamento e pela explanação do assunto que lhe foi conferido e o Deputado Flavinho, que tem sido aguerrido, junto com outros Deputados desta Comissão, percorrendo o Brasil, para falar sobre o Escola sem Partido.

Um assunto que o Prof. Orley trouxe ao nosso conhecimento hoje é muito importante, até porque, ainda que as pessoas digam que não, existe, sim, um preconceito propagado em nível mundial contra o Cristianismo. Basta simplesmente olhar o que aconteceu na guerra da Síria, nos últimos anos: mais de 150 mil cristãos foram mortos, assassinados, e a ONU em momento algum se posicionou. E os países ditos cristãos também não se posicionaram. Há lugares onde as pessoas, em pleno século XXI, são decapitadas, são crucificadas, são queimadas vivas, são afogadas, etc., etc. e tal. Para essas pessoas não há direitos humanos, mas para qualquer pessoa, de qualquer outro tipo de etnia ou religião há, sim, uma proteção exacerbada.

O Cristianismo, se não me falha a memória, desde o dia 31 de dezembro de 1999, foi decretado morto pelas grandes instituições e ONGs. Se não me falha a



memória, foi Helena Petrovna Blavatsky, com Fritjof Capra, que estabeleceram o fim da era do Cristianismo e disseram que na Nova Era — *New Age* —, a nova maneira de pensar, engenheiros sociais e engenheiros culturais mudariam o pensamento de toda a população mundial.

Isso aconteceu e vem acontecendo de maneira desenfreada ao redor do nosso mundo, tanto que nos Estados Unidos da América as orações, que também fazem parte da cultura cristã, foram arrancadas das escolas. Os meninos e meninas que, antigamente, tinham uma visão transcendental do mundo, uma visão interiorizada — porque o Cristianismo não é só uma religião; ele é uma filosofia também —, passaram a entrar nas escolas sem Bíblia, sem oração, pois o Cristianismo foi arrancado do seio das escolas americanas, e agora entram com armamento pesado — com metralhadoras R15 e outras mais.

O Estado do Texas tem feito agora uma luta para que voltem às escolas as orações, o Cristianismo e outros conceitos mais. É preciso haver uma visão do mundo, uma visão, Presidente Marcos Rogério, do que aconteceu agora na Europa, que vem toda sendo islamizada.

E, antes que me chamem de xenófobo, permita-me explicar minha afirmação. Há algum tempo, eu vi um debate na TV americana, na CNN, em que uma pessoa dizia que pelos próximos 50, 100 anos o maior problema que o mundo vai enfrentar vai ser o crescimento do islamismo.

Explico: hoje, nós temos 2 bilhões de muçulmanos no mundo. É claro que o islamismo não é uma religião violenta, nada disso. Todavia, os radicais são. E, de 2 bilhões, estima-se que 15% a 20% sejam extremistas radicais. Então, coloque 15% a 20% de 2 bilhões, Deputado Flavinho, e temos de 300 milhões a 400 milhões de radicais islâmicos que estão dispostos a morrer pelas suas causas loucas.

Quando pensamos na Europa toda, que lutou contra o crescimento da família em si, como a França ou qualquer outro país da Europa, vemos que há hoje países extremamente islamizados. Islamizados por quê? Porque as famílias deram sequência ao pensamento do feminismo, do marxismo; em nome do feminismo e do marxismo, as famílias foram destruídas, destroçadas. Sem demérito aos animais, é claro, hoje uma família francesa tem mais amor, apego, a um cachorro e a um gato do que a um bebê, a uma criança, e por aí afora.



Então, quando começamos a pensar nisso, podemos até começar a incutir a ideia de que a solução para o mundo dentro dos próximos anos seria o Cristianismo como filosofia, porque o Cristianismo, sim, prega respeito ao próximo; o Cristianismo, sim, prega o amor ao próximo; prega que nós devemos estender a mão para aquele que é mais necessitado, etc., etc., etc.

Mas há uma perseguição desenfreada no mundo contra o Cristianismo, e essa perseguição deveria desaparecer.

O nosso País não é diferente. Foram 13 anos na mão de um partido de esquerda, um partido de esquerda que destruiu por completo o pensamento cristão, e os nossos filhos estão expostos a toda a porcariada que o Prof. Orley colocou na lousa, no painel, para que todos nós pudéssemos observar.

Fica aqui, Sr. Presidente, a minha consideração não apenas como Parlamentar mas como visionário do mundo e também como religioso. Eu, Marco Feliciano, digo aqui que penso que o Cristianismo é a solução para as guerras que existem em todo o mundo e a percepção de uma paz duradoura.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Agradeço a V.Exa., Deputado Pr. Marco Feliciano.

Neste momento, passo a palavra ao Deputado Pastor Takayama. Enquanto ele toma posição ao microfone, o Gilson Ricardo, no espaço e-Democracia, questiona por que os partidos de esquerda são contra o projeto e por que eles não querem que os alunos saibam seus direitos.

Vou passar a pergunta para o Prof. Orley responder ao final.

Marta Gouveia, pelo Facebook, pergunta: *“De que forma o projeto de lei impacta no cotidiano das escolas? Há algum reflexo na liberdade de expressão dos professores?”*

Inicialmente temos essas duas perguntas. Vou intercalá-las com as falas dos debatedores e com a dos Parlamentares que estão inscritos, para irmos já dando uma satisfação e passando-lhes algumas das perguntas que os nossos internautas estão fazendo.

Deputado Takayama, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO TAKAYAMA - Muito obrigado, Deputado Marcos Rogério.



Saúdo os nobres presentes e o ilustre palestrante de hoje, convocado para nos trazer essa orientação. Ele vive na teoria e na prática os ensinos e todos os trabalhos de educação. Nós compreendemos a preocupação dele, porque essa também é a nossa.

A minha preocupação começa com a mesma preocupação do companheiro Deputado Pr. Marco Feliciano: seguir os estudos da Bíblia hoje, na sociedade da Esquerda radical, é suicídio intelectual, como se estudar a Bíblia ou seguir os ensinamentos da Bíblia fosse contrário ao que...

Infelizmente, o que percebemos é que querem introduzir outra cultura, como se isso fosse intelectualidade e o Cristianismo fosse um suicídio intelectual. Eu fico horrorizado com isso.

Eu não aceito uma ditadura de maioria, como quis o Deputado que estava aqui ao meu lado levemente insinuar ao nobre orador.

Não aceito uma ditadura de maioria, mas muito menos uma ditadura de uma minoria que quer dizer que ser cristão é suicídio intelectual e que ler a Bíblia é erro. Meu Deus do céu, onde está o erro? Uma cultura de um país que tem 85% de cristãos agora tem que ficar sujeita a uma minoria que se diz intelectual e que afirma que ler a Bíblia é suicídio?

V.Exa. sabia, Sr. Presidente, que essas citações que o nobre orador fez, em alguns países, são consideradas crimes? Eles reconheceram que isso está errado. Para nós, não; para nós é cultura.

Aí alguém dirá: *“Não dá para entender”*. Veja a multiracialidade brasileira, o Brasil plural: um filho de japonês falando de Cristo. Eu vou dizer por que eu sou cristão: não se trata de religiosidade. Eu apenas entendi que Buda, que é, vamos dizer, o ícone das culturas orientais, teve uma máxima em Jesus.

A Bíblia tem outra máxima. Buda viveu até os 82 anos, aliás, no começo de seu 83º ano ele morreu. Foi um grande homem. Ninguém está aqui criticando Buda. Foi um príncipe. A palavra Buda significa “o iluminado”. O nome do primeiro Buda foi Sidarta. No fim da vida, ele renunciou ao direito de ser o rei daquele povo, ao ver a miséria, a pobreza, a doença, e peregrinou por toda a Índia, que na época era a soma de Mianmar, Afeganistão, Paquistão, enfim, até a divisa de Camboja e Laos. E ele deixou uma máxima: *“Estou em busca da verdade”*.



Ora, era um grande homem. Mas, lendo na Bíblia, pensei: “*Onde está o erro, meu Deus do céu?*” Na Bíblia, Jesus não disse que estava em busca da verdade; Jesus disse: “*Eu sou a verdade*”. Meu Deus do céu, não há necessidade de se buscar uma outra cultura.

Como seres humanos, nós temos divergências, até mesmo aqui, e eu não tenho nada contra: eu acho que democracia é isto, é respeitar as ideologias de cada um. Mas, nessa linha de pensamento, se Jesus nascesse no Brasil, argentino não se converteria. Essas divergências ideológicas são complicadas.

Eu estou falando aqui, esquecendo um pouquinho essa questão de diversidade religiosa. O que nós estamos entendendo é que o Brasil é um país em que a maioria é cristã. Nós devemos respeitar essa cultura, como se respeita, no mundo islã e no meio dos árabes, a maioria é muçulmana.

Agora, aqui no Brasil, querer introduzir uma cultura que já foi até rejeitada — porque o candomblé lá é considerado crime. Agora, aqui no Brasil, se diz que é cultura. O.k. Vamos respeitar também. Mas querer inserir isso na nossa cultura?

Eu entendi perfeitamente o que o nosso nobre orador disse. Ele disse: “*Por que não podemos então falar do Cristianismo? Por que se fala só em culturas orientais e tai chi chuan, etc., e não se pode falar de Cristo e do Cristianismo?*” Então é essa a pergunta.

Eu só queria fazer mais uma pergunta, porque eu fiquei, como se diz, com o cabelo em pé quando o nobre companheiro Orley, que vive a educação, disse que a Base Nacional Comum Curricular — BNCC, segunda e terceira versões, são a cópia da primeira. Então, não foram retirados, como meus companheiros disseram que foi, muitos desses erros que estão contidos na primeira versão, companheiro Orley?

Eu fico horrorizado. Nós estamos lutando contra isso. Ora, eu estou aqui para defender os 85% de cristãos. Então, nós devemos entender que o Brasil é um país cristão. Se a pessoa acha que deve... O.k., ninguém está aqui criticando; só estou dizendo que devemos respeitar essa maioria. Não queremos uma ditadura de maioria, mas também não queremos uma ditadura de minoria, ditando essas coisas que, na minha maneira de entender, são erradas.

Fica aqui a minha observação, parabenizando o companheiro Orley.



Porém, eu gostaria que você me respondesse, Orley, você que está vendo a terceira edição do BNCC, se ela está igual à primeira.

O SR. ORLEY JOSÉ DA SILVA - Deputado Takayama, é um prazer muito grande poder responder essa pergunta de V.Exa. Tenho uma admiração muito grande por V.Exa. e pela sua luta neste País em prol do evangelho. Eu o conheço desde criança.

Acerca da BNCC, nós estamos na terceira versão. Pouca gente concordou com a primeira versão. Mesmo as pessoas de esquerda discordaram de muitos aspectos da primeira versão da BNCC, de tão radical que ela era. A segunda versão melhorou bem, mas não fugiu do eixo. O grande problema é que a BNCC não fugiu do eixo na sua metodologia histórico-cultural. Então, a metodologia da BNCC é histórica e cultural. Ela faz a crítica, do ponto de vista histórico, do homem como sujeito histórico, e também faz a crítica da sociedade e da cultura — quando eu falo em crítica, falo no sentido de problematizar. Então, ela tinha essa perspectiva. Na primeira, veio com essa perspectiva e também na segunda. A terceira, com relação à segunda, melhorou bastante também.

O SR. DEPUTADO TAKAYAMA - Era isso que eu queria saber.

O SR. ORLEY JOSÉ DA SILVA - Ela melhorou.

O SR. DEPUTADO TAKAYAMA - Sabe por que eu estou dizendo isso, Orley? É porque tem gente dizendo que não houve mudança. Os cristãos estão reclamando disso.

O SR. ORLEY JOSÉ DA SILVA - Deixe-me explicar.

Da primeira para a terceira, houve uma mudança, no geral, considerável.

Agora, para os cristãos ela não foi interessante. Essas mudanças não significaram avanços. A ideologia de gênero, por exemplo, permanece intacta na BNCC, porque eles conseguiram fazer uma engenharia linguística, de forma a dispensar aquelas palavras atrás das quais nós normalmente corremos. Então, do ponto de vista conceitual, a ideologia de gênero está intacta na BNCC.

Agora, houve avanço com relação à pornografia. Nós acreditamos que nós não teremos mais problemas com pornografia na escola.

Porém, com a desconstrução da identidade das crianças, da identidade pessoal e da identidade familiar delas, sim, nós vamos continuar...



O outro problema que nós tivemos, como cristãos, foi a inserção das religiões orientais. Ela já acontece nas escolas — como eu disse, em Goiânia e em várias escolas do Brasil —, mas agora ela foi instituída na BNCC.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Agradeço ao Deputado Pastor Takayama e também ao nosso convidado Prof. Orley por suas respostas.

Nós temos ainda alguns Parlamentares inscritos, e o Deputado Eduardo Bolsonaro vai falar na sequência.

Enquanto ele se prepara, concedo a palavra à Deputada Professora Marcivania.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA MARCIVANIA - Ele me deu a preferência, porque eu fui chamada pela minha Liderança, e eu agradeço.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Por gentileza, Deputada.

Não há problema em passar primeiro a palavra à Deputada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Eu vou passar a palavra à Deputada Marcivania.

Antes, porém, lerei mais duas perguntas de internautas.

No e-Democracia, Rita Marcelino pede para conceituar em detalhes que tipo de indivíduo a Escola sem Partido deve formar.

Luciano Oliveira, também no espaço e-Democracia, pergunta por que falar de política dentro da escola, se o ensino em português, matemática e ciências está cada vez pior nessas instituições.

Estas são mais duas perguntas dos espaços das mídias sociais e também do e-Democracia encaminhadas ao professor. Ao final, ele vai responder.

Passo a palavra à Deputada Professora Marcivania, pelo tempo regimental.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA MARCIVANIA - Não tenho perguntas, só algumas considerações.

A primeira delas é dizer que o Cristianismo não é patrimônio da Direita. Eu sou de esquerda e sou cristã. (*Palmas.*) Queria dizer isso a quem se coloca aqui como da Direita e diz que a Esquerda destruiu o Cristianismo.

Eu acho que estou em outro mundo, gente, de verdade. Eu sou professora há 25 anos — tenho 25 anos em sala de aula — e não vejo na sala de aula isso que estão querendo demonstrar aqui. De verdade! Eu estou falando de coração aberto.



O que é essa Escola sem Partido? Escola não tem partido, hoje. Eu queria dizer que nós já temos uma maioria — nós somos maioria —, e a maioria, numa democracia, não é para oprimir a minoria; não é para desconsiderá-la e desrespeitá-la. A democracia pressupõe que nós consigamos conviver bem com as diferenças, com todas elas. E conviver com as diferenças é respeitar as pessoas, sim, pela opção religiosa que elas fazem. Nós não vamos querer, porque somos a maioria, 85% da população, desconsiderar os 15%, as pessoas que têm direito de outra opção.

Jesus Cristo não ensinou isso para nós. O mandamento de Jesus era amar ao próximo como a si mesmo. Que amor é esse que eu estou pegando quando eu quero excluir, quando eu quero discriminar, quando eu quero dizer que aqui não, nesse espaço não?

A escola é um ambiente fundamentalmente de liberdade, em que as pessoas se sentem cidadãs. A liberdade não pressupõe ferir o direito do outro. Eu não vejo, sinceramente, essa politização, como aqui estão querendo dizer que houve.

Na verdade, o que se está querendo fazer é, sim, criminalizar a atividade docente, porque eu não vejo um professor trabalhar bem num ambiente em que ele não tenha a liberdade de expor a sua opinião. Assim como a Esquerda tem, a Direita tem também. E aí todos nós podemos conviver muito bem, respeitando a opinião de quem pensa diferente de nós.

Então, eu quero dizer que as crianças têm o direito de conhecer o mundo em que vivem. Os problemas, durante muito tempo, foram jogados para debaixo do tapete, desconsiderando que eles existem — problemas de diversas naturezas e pessoas de diversas opções, sejam elas religiosas, sejam elas de orientação sexual diferente.

A escola tem que ser um ambiente acolhedor de todos, e eu vejo aqui um discurso, sim, conservador — perdoem-me por usar a palavra “conservador”, porque ela pode ter até um sentido bom, mas aqui ela está sendo empregada no mau sentido — um discurso discriminatório, um discurso preconceituoso, seja em relação à religião ou à orientação sexual.

Quem fala em nome de Jesus não deve agir assim. Perdoem-me, mas Jesus não deixou isso para a gente, não. Jesus nos deixou a lição de amarmos as



pessoas, e não a de as amarmos se elas forem desse jeito, se elas pensarem desse jeito.

Eu quero dizer que a educação é a minha bandeira, e eu quero muito que a educação continue sendo libertadora, que forme cidadãos que convivam bem com a diferença. E a democracia pressupõe isso mesmo: conviver bem com as diferenças e respeitar essas diferenças fundamentalmente.

Então, eu queria fazer essa reflexão — não é uma pergunta — e deixar aqui este pensamento. Vamos fazer uma autocrítica para vermos se nós, na nossa postura, no dia a dia, nas nossas ações, não temos fortalecido esses ingredientes tão ruins, como o preconceito e a discriminação, que fazem parte da sociedade e que já levaram pessoas a morrer por isso.

Quantas pessoas, quantos homossexuais não foram mortos no Brasil porque a população é intolerante e não sabe conviver com o diferente, com uma pessoa que não pense igual a ela.

Discursos como esse me preocupam como professora, porque eu acredito que podem levar a nossa sociedade a ser, infelizmente, pior do que ela é hoje. Eu gosto do Brasil, eu gosto do meu País, mas nós temos ainda hoje crimes no Brasil contra homossexuais, transexuais. O que é isso, gente? Nós vamos utilizar este ambiente aqui para fortalecer isso, para acirrar isso?

Essa é a preocupação que eu queria deixar a todos nós que fazemos parte não só desta Comissão que está discutindo o projeto de lei, mas de uma Casa que é a representante do povo brasileiro.

Nós somos um país continental; nós temos várias regiões; uma região é diferente da outra; e nós temos que respeitar o indígena, o ribeirinho...

Nós tivemos um massacre na semana passada em que foram mortas dez pessoas. Mas parece que isso não nos sensibiliza mais. Não, são seres humanos.

Está havendo nesta Casa uma insensibilidade com algumas questões que me preocupa. Esta é a Casa do povo brasileiro. E o povo brasileiro é, sim, um povo afável, um povo que recebe bem as pessoas, um povo que, acima de tudo, respeita as diferenças. Nós temos indígenas no Norte do Brasil, nós temos africanos que vieram e compuseram a nossa identidade cultural, nós temos brancos, temos pardos



e temos pessoas de todas as cores, de todas as raças, e elas todas devem aprender a conviver em harmonia, respeitando e amando o próximo como a si mesmo.

Foi essa a lição que Jesus nos deixou, e eu tenho certeza, como cristã, de que, se nós exercermos isso no nosso dia a dia, teremos uma sociedade melhor, muito melhor do que a que nós temos aqui hoje.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Sr. Presidente... Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Obrigado, Deputada Professora Marcivania, pelas ponderações de V.Exa.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Sr. Presidente, desculpe-me. Eu estou aqui nesta Comissão todas as vezes e eu queria só falar com V.Exa...

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA MARCIVANIA - Eu só peço desculpas por não ficar.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Não, agora eu estou falando. Eu escutei V.Exa. falar até agora. Só queria dizer que...

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA MARCIVANIA - Não, só estou pedindo licença.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Não, V.Exa. não precisa dizer que está saindo da Comissão. Fique à vontade. A porta da rua é serventia da casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Deputado Pr. Marco Feliciano...

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Sr. Presidente, peço só 1 minutinho.

Eu ouvi aqui uma Deputada...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - V.Exa. está usando a palavra...

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Desculpe-me. Eu ouvi a Deputada aqui, uma comunista, falar em Cristianismo.

O comunismo matou 200 milhões de pessoas ao redor do mundo. Só na Romênia, matou 40 milhões de cristãos. E a Deputada vem aqui falar de Cristianismo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Sr. Deputado...



O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - V.Exa. me perdoe, mas eu não suporto. Meu ouvido não é penico para ouvir esse tipo de coisa aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Agradeço a V.Exa.

Esta Presidência tem uma missão espinhosa.

O SR. DEPUTADO TAKAYAMA - Essa mulher falou e “desfalou” ao mesmo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Eu tenho que garantir a palavra aos Parlamentares, membros e não membros, na forma regimental.

O SR. DEPUTADO TAKAYAMA - A Esquerda tem essa mania: fala e depois sai, porque não quer ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Não me cabe censurar a opinião de cada um. O espaço é democrático, obviamente.

O SR. DEPUTADO TAKAYAMA - Fala o quer, mas depois não quer ouvir o que não quer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Cada um tem suas preocupações, suas visões e as manifesta dentro deste espaço. Cabe a nós fazermos as nossas avaliações e tirarmos as conclusões que são as mais adequadas, acertadas à matéria que estamos a debater no âmbito desta Comissão.

Eu registro mais duas participações no espaço de interação da Casa.

O Sr. Marcelo Alves, pelo Facebook, pergunta: “*O projeto interfere de alguma forma na liberdade de expressão do professor?*”

E o Leandro Mapa: “*Escola sem Partido: o jovem tem o seu direito de falar o que quiser?*”

São duas manifestações que passo ao professor.

Neste momento, passo a palavra ao Deputado Eduardo Bolsonaro, como inscrito.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Sr. Presidente, sabe por que a Esquerda não vê sentido no projeto Escola sem Partido? Porque não é ela que sofre na pele.

Eu retiro, primeiro, as minhas palmas à Deputada Professora Marcivania. Começou muito bem, dizendo que era de esquerda, mas cristã — coisa difícil até de se ver no meio deles.



Mas eu quero ver o que ela tem a dizer dos seus coleguinhas que expulsaram o Felipe Diehl de um debate, na Universidade do Rio Grande do Sul, por estar com a camisa do Bolsonaro, ou quando ele tomou porrada na Universidade Federal de Minas Gerais porque estava com a camisa do Bolsonaro.

A Esquerda nunca fala de sua intenção. Sempre chega aqui: “*amor*”, “*harmonia*”, “*eu quero dialogar*”, “*Jesus Cristo falou: ame ao próximo como a si mesmo*”, mas são uns canalhas. Nunca falam a sua real intenção.

Esses que estão aqui são os que comandam: LGBT, UNE, UBES, Viva Rio, Sou da Paz, Levante Popular da Juventude, MTST, MST. São tudo farinha do mesmo saco.

Os mesmos que estão aqui para pedir a saída do Michel Temer depois vêm pedir Diretas Já e que o Estatuto do Desarmamento seja revigorado. Tudo ladainha.

Então, Sr. Presidente, além de as pessoas de esquerda nunca falarem da sua real intenção, eu tive que, junto com o Deputado Pr. Marco Feliciano, emprestar o meu penico para a Deputada Professora Marcivania dizer: “*Quantos homossexuais não são mortos por ano no Brasil*”.

Sobre o Estado Islâmico, sobre o norte da África, onde decapitam, jogam homossexual de cima de prédio, só por ser homossexual, eles não falam nada. E quando um filho da mãe fuzila, numa boate gay; quando o cara chega e fuzila...

O SR. DEPUTADO TAKAYAMA - Só para lhe ajudar, Deputado Eduardo Bolsonaro: eu desafio aqui os repórteres investigativos a mostrarem que, desses 3 mil, 4 mil assassinatos de homossexuais, um, somente um, foi praticado por cristão. Foram feitos pelos parceiros deles.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Acerto de boca, travesti na noitada...

O SR. DEPUTADO TAKAYAMA - Não há caso algum de assassinato por cristão.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Desculpe-me, Deputado. Somente ajudando V.Exa.: foram 4 mil em 20 anos. São 276 por ano, num país com 63 mil assassinatos.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Segundo a conta deles próprios, porque eu acho que é o grupo LGBT da Bahia que faz esse levante.



O SR. DEPUTADO TAKAYAMA - E foi por briguinha entre eles. Os casos que houve de assassinato foram desses malucos chamados *skinheads*, mas não de cristãos.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Realmente não tem nada a ver.

E é engraçado. Quando chega um débil mental e fuzila homossexual numa boate *gay*, lá em Orlando, o que eles fazem aqui no Brasil? Protestam em frente à igreja cristã, porque eles sabem que, se tivessem a mesma conduta e protestassem em frente a determinadas mesquitas, eles é que iriam para o saco. Então, acima de tudo, são covardes, são bundões. Dizem lutar por uma causa, batem no peito, mas, na verdade, são covardes.

Eu respondo aqui a questão da Rita Marcelino, que fez a pergunta pelo E-Democracia: “*Que tipo de indivíduos a Escola sem Partido quer formar?*” Eu sei que tipo de indivíduos ela não quer formar: maconheiro, *black blocs*, pessoas que acham que sexo tem que ser discutido a partir de 4 anos de idade nas escolas.

Sr. Presidente, Relator Flavinho, agora, pude ver lá em Salvador, na Bahia, como é que os democratas da Esquerda discutem: atirando ovos, cuspindo, batendo, cassando a palavra, não deixando falar.

Então, para mim, nós já debatemos mais do que o suficiente aqui na Comissão. Agora é passar o rolo por cima mesmo, porque eles nunca vão concordar com o projeto. Aliás, é um projeto bem simples: nós temos que prever uma pena de reincidência forte para caso o professor ou a escola não cumpra as determinações previstas na nossa Constituição e tocar esse projeto adiante.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Flavinho) - Eu é que agradeço as palavras do nobre Deputado e já passo a palavra ao Deputado Sóstenes Cavalcante, pelo tempo regimental.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Sr. Presidente, nobres colegas Parlamentares, eu não vou tecer muitos comentários. Quero só agradecer aos convidados por, mais uma vez, elucidarem a importância do projeto.



Sr. Presidente, que neste momento é o nosso Relator e está no exercício da Presidência, eu já não tenho a mesma satisfação de estar nesta Comissão como nos primeiros dias dela. Não porque não seja uma comissão importante, mas porque o tema já se exauriu; nós o debatemos o suficiente; já temos as posturas maduras.

Sr. Presidente, é impossível convencer alguns dos Deputados da Esquerda membros desta Comissão, assim como nós já temos também a nossa posição.

A única coisa que eu deixo para os nobres colegas Deputados é a pergunta: quando é que nós vamos votar esse relatório? Eu gostaria de saber, porque, lá fora, enquanto nós estamos debatendo aqui, quem está sendo doutrinado, quem está sofrendo são alunos, na maioria crianças e adolescentes, que também são menores e devem ser protegidos pelo mandato de cada um de nós que está aqui.

Nós vamos continuar debatendo isso por quanto tempo mais? Basta! Chegou a hora! Eu acho que já estamos maduros o suficiente. Aqueles que gostam de nos acusar de votarmos projetos de afogadilho já não têm mais esse argumento, porque a matéria já foi suficientemente debatida.

Vamos votar, aprovar o projeto Escola sem Partido. Com certeza, eles vão usar do Regimento Interno para tentar puxar para o Plenário. Vamos debater no plenário, aprovar a matéria na Câmara dos Deputados, porque ninguém suporta mais.

Nós que convivemos com os pais, que ouvimos os pais, vemos seu desespero. Eles nos mandam mensagem semana após semana, relatando que veem seus filhos sendo doutrinados por essa escola partidária — na sua ampla maioria, partidária pelos esquerdopatas que fizeram muito bem o dever de casa, fizeram os seus concursos públicos e hoje querem usar do público cativo dentro de uma sala de aula para emitir suas opiniões e fazer a famosa lavagem cerebral nas nossas crianças e adolescentes.

Basta! Vamos votar isso logo! Eu nem vou usar o meu tempo todo, para nós votarmos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Flavinho) - Obrigado, caro Deputado Sóstenes Cavalcante.

Não cabe a este Presidente substituto definir os prazos da nossa Comissão, mas posso adiantar que sim, nós já estamos esgotando também os nomes que



foram apresentados e temos que, regimentalmente, atender a esses requerimentos. Porém, imagino que nós estejamos caminhando, sim, para o final.

O nosso Presidente, que reassume seu posto agora, poderá informar de forma mais clara, mas estamos caminhando para isso.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Como eu não gastei o tempo todo, peço que volte os meus 45 segundos, já que o Presidente está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Flavinho) - Já passo a cadeira para o Presidente.

O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE - Muito obrigado. Tinha 45 segundos, que eu havia dispensado, mas agora desejo utilizar.

Sr. Presidente, na sua ausência, eu fiz uma pergunta. Eu acho que esse tema já está exaurido. Nós temos, os Parlamentares membros desta Comissão, a decisão já tomada. Nós não vamos convencer os esquerdistas; nós temos a convicção do nosso voto; somente aguardamos o relatório do Relator Flavinho.

Eu gostaria de indagar a V.Exa. qual é a data que nós temos — o quanto antes possível — prevista para votarmos a matéria. Eu, honestamente, queria votar hoje, porque eu não quero mais ver as crianças e os adolescentes sofrerem doutrinação nas escolas.

Por favor, eu gostaria que já tivesse a data. Isso me ajudaria muito a me preparar, porque estou pronto para votar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Agradeço a V.Exa., Deputado Sóstenes Cavalcante, sempre participativo nesta Comissão e, hoje, numa versão “euricunhana”. (Risos.) Refiro-me ao Deputado Pastor Eurico, que hoje, excepcionalmente, não está aqui, mas, mesmo quando está ausente, é lembrado por nós.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Ele esteve presente na Comissão, mas precisou sair por causa de enfermidade. Foi ao médico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Esteve, é verdade.

O Deputado Pastor Eurico é sempre lembrado por todos nós pelo seu engajamento e V.Exa., Deputado Sóstenes Cavalcante, hoje, repetiu aqui a linha de retórica dele.



Mas V.Exa. fez uma abordagem importante. Depois, esta Presidência vai dialogar com o Relator para nós estabelecermos essa data. Nós temos, ainda, alguns seminários regionais e temos alguns requerimentos aprovados, com nomes de convidados, para audiência pública nesta Comissão. Mas é do interesse tanto desta Presidência quanto da relatoria votarmos esse projeto o quanto antes.

Há nomes que defendem as duas posições, embora aqueles que são contrários ao projeto ultimamente não tenham manifestado muita disposição de estar aqui. Alguns, inclusive, cancelaram a vinda, de última hora, como foi o caso da representante da UNESCO.

Alguns internautas mandaram mensagem. Nós temos mais um Parlamentar para usar da palavra. Enquanto S.Exa. se prepara, nós vamos às mensagens.

A Nadjane, do Ceará, pelo Youtube, envia a seguinte pergunta: *“Eu gostaria de saber sobre o homeschooling”* — o Deputado Lincoln Portela pode até comentar sobre isso, porque ele é um defensor desse tema — *“ou educação domiciliar. Quando os Deputados vão votar a lei para regularizar esse direito?”*

Mirtes Nascimento: *“Como fica o ensino religioso nas escolas com a proposta do projeto Escola sem Partido?”*

Passo a palavra ao Deputado Lincoln Portela, pela ordem de inscrição.

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, Sr. expositor, sobre o *homeschooling*, nós temos hoje nada mais, nada menos que 6 mil famílias que fazem a educação domiciliar.

Eu tenho um projeto, juntamente com o Deputado Eduardo Bolsonaro...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO LINCOLN PORTELA - Que nada! V.Exa. está junto comigo, meu companheiro.

E a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, que já foi Secretária Municipal e Secretária Estadual de Educação, foi pela aprovação do projeto.

Porém, o Ministro Barroso suspendeu todas as ações que ignóbeis do Brasil, de conselhos tutelares, energúmenos e bucéfalos, andaram ajuizando contra a educação domiciliar, processando pais por educarem os seus filhos em casa. O Ministro Barroso, sabiamente, competente e prudentemente, suspendeu todas as ações que eram contra o *homeschooling*, que está presente em 64 países do



mundo. Hoje, nós podemos ter no Brasil a educação domiciliar livremente, porque todos os processos contra os pais que faziam educação domiciliar — diga-se de passagem, um determinado Parlamentar marxista disse que faziam isso por causa da pedofilia. Quem são eles para falar sobre esse tipo de coisa, não é?

Trata-se de um grande trabalho o da educação domiciliar, que faz com que os filhos tenham até uma condição melhor de autodidatismo, de produto cultural final. Estão fazendo um trabalho maravilhoso.

Falo sobre essa questão para responder ao nosso internauta.

A Universidade Federal de Minas Gerais — está aqui no meu celular — está tendo um problema também em relação ao projeto Escola sem Partido. Vejam que coisa boa foi a criação desta Comissão. Eles estão desesperados. E, como disse alguém — não sei se foi o Deputado Pr. Marco Feliciano, nosso Deputado competente —, eles agiram muito bem; trabalharam por 25 anos, empoderando, aparelhando as escolas brasileiras e mentindo descaradamente.

Um dia desses eu participei, na Universidade Católica de Minas Gerais, em São Gabriel, com um grupo de educação e com um grupo de Direito, de uma conversa sobre o Escola sem Partido, e eles mentem com uma cara de pau que eu nunca vi na minha vida. Eta, povo cara de pau esse povo marxista! Mentem, mentem, mentem até que se torne verdade.

Não dá mais! São mentirosos. Estão, sim, ideologizando as nossas crianças; fazendo, sim, erotização precoce das nossas crianças; ensinando sexo de maneira precoce aos nossos filhos. E dizem que é mentira. Conversa fiada! Cara de pau! Está desmascarado aqui nesta Comissão.

Uma questão de ordem, Sr. Presidente — não sei se caberia aqui: de quantas reuniões ainda precisaremos para podermos resolver essa questão e a levarmos para o Plenário? Porque eles estão desesperados. Não vêm aqui para debater. Quando vêm, falam e correm, se mandam, porque o argumento deles é vazio, inócuo, incompetente. Então, chega disso!

Eu até cheguei a propor aqui o seguinte: já que nós estamos trabalhando em âmbito consensual, de querermos ajustar as coisas, que falem de Marx, que falem de Engels, que falem de Paulo Freire, mas que falem também de Jesus Cristo, que



falem de Alá, que falem de quem for preciso. Mas, pelo amor de Deus, estão deschristianizando o Brasil, o mesmo que fizeram com a Venezuela.

A Venezuela, hoje, é um país envolvido pela bruxaria! É por isso que a Venezuela está no caos em que se encontra. Um dos motivos é o fato de que ela se tornou um país envolvido pela bruxaria. Essa é a verdade.

E quem está lá falando de Cristianismo sabe o tipo de perseguição que sofre na Venezuela pelos bruxos do lugar. E não vão trazer essa bruxaria maligna para as nossas escolas, não, porque nós estamos aqui para resistir.

Os inimigos perdem as suas armas quando nós resistimos, não quando nós os atacamos. Queremos o diálogo. Que falem de todos, mas que não nos impeçam, que não massacrem os cristãos como estão massacrando.

Estão massacrando, sim, nas escolas brasileiras, os cristãos católicos, os cristãos evangélicos. Estão massacrando, sim, porque isso faz parte de um comunismo falido que não deu certo em lugar algum do mundo.

Um dia desses, falaram sobre o comunismo, sobre as questões de não sei o quê. Vão à China, onde o indivíduo trabalha 18 horas por dia e ainda dorme na empresa. E vêm falar de comunismo para cá?! Vão lamber sabão! Nós estamos cansados dessa história! Está nojento isso.

Quero dizer uma coisa — eu disse isso uma vez, e alguns da Direita ficaram chateados comigo: que a Direita abra os seus olhos também, Deputado Sóstenes Cavalcante. Vamos abrir os nossos olhos. Vou repetir o que já disse aqui: vamos participar dos conselhos municipais de educação; vamos participar dos conselhos municipais de saúde; vamos participar dos conselhos estaduais de educação de saúde; vamos participar dos conselhos tutelares; vamos participar dos conselhos regionais. A Esquerda fez isso. Parabéns para eles. E que péssimo para nós, que não fizemos isso.

Que a nossa Direita acorde, para podermos ter um Brasil melhor, um Brasil equânime, um Brasil igual. Que haja direito para todos. Que eles falem o que quiserem falar, mas que não nos impeçam. Eles estão falando que nós estamos amordaçando as pessoas. Eles é que querem nos amordaçar. Mas não nos amordaçarão.



Estamos completando agora 500 anos de Reforma Protestante, no meu caso, no dia 31 de outubro. Eles não vão nos amordaçar, porque o justo viverá por sua fé. Estamos abertos para o diálogo, mas não para sermos amordaçados, porque não calaremos a nossa boca diante da maldição que eles querem trazer para o Brasil, a mesma maldição que trouxeram para a Venezuela. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Muito obrigado ao Deputado Lincoln Portela.

Agradeço a todos os Parlamentares que participaram do debate da tarde desta terça-feira, um debate rico, que o contraditório enriquece ainda mais. Agradeço também àqueles que participaram pelo espaço e-Democracia, pelo Facebook e pelo Youtube.

Tenho aqui mais duas perguntas. São muitas as perguntas, mas, obviamente, pelo tempo limitado, não conseguimos repassar todas.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO FLAVINHO - Somente quero registrar que, na minha página — estamos transmitindo a reunião também —, uma pessoa, a Andréa Moura, disse que não conseguiu enviar sua pergunta pelo e-Democracia, que estou passando para o Presidente. Então, já deixo registrada a pergunta e depois a repasso por escrito.

A Andréa Moura queria saber se a BNCC respeita os princípios legais que o Escola Sem Partido tem trabalhado para divulgação. Ela pergunta: *“Existe alguma relação? Salvo engano, a BNCC quer uniformizar a educação no País em escolas públicas e particulares, até confessionais”*.

Muito obrigado à Andréa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Obrigado, Andréa.

Apenas quero fazer um registro: tanto o convidado quanto os demais técnicos, em suas manifestações, têm falado da sigla Base Nacional Comum Curricular — BNCC. Então, apenas para aqueles que não são afeitos à matéria, essa sigla se trata da Base Nacional Comum Curricular, que está em discussão no Ministério da Educação.

Tenho mais duas manifestações. A Ludmila Silva pergunta: *“Se a proposta for aprovada, como os professores discutirão os temas políticos e da atualidade?”* E o



Marcelo Alves pergunta: *“Por que a doutrinação ideológica é um problema nas escolas e como resolvê-lo?”*

Passo a palavra ao nosso convidado, agradecendo a todos que participaram desse espaço.

Prof. Orley, passo a palavra para V.Sa. fazer as considerações finais e, dentro do possível, se manifestar sobre as ponderações dos Deputados e dos nossos internautas.

O SR. ORLEY JOSÉ DA SILVA - Sr. Presidente, eu agradeço a oportunidade de ter vindo a esta Comissão para tratar de um assunto tão importante. Para mim, isso é um privilégio, pois é para poucos brasileiros. Eu me sinto muito honrado com isso.

Eu gostaria de fazer dois registros. Os livros que nós apresentamos hoje, que estão em vigor na primeira fase do ensino fundamental, são para os anos de 2016 2017 e 2018. Nós já estamos no segundo ano, e, no ano que vem, esse prazo termina. Então, este ano já saiu o edital para os livros que virão para os anos de 2019, 2020 e 2021.

Desde 2013, eu venho pedindo encarecidamente para esta Casa ver se algum Deputado se atenta para essa demanda. Hoje o processo de seleção do livro didático fica na mão dos “especialistas” — entre aspas — em educação, das universidades e das Secretarias de Educação. Seria interessante que se inserisse nesse processo alguma parte da comunidade, da sociedade civil organizada, das famílias, das igrejas, quem sabe, ou dos partidos políticos.

Devido à importância dos livros didáticos, eu acho que eles teriam que passar pela Comissão de Educação, assim como a Base Nacional Comum Curricular.

Gente, eu fico chorando por dentro, lamentando que a Base Curricular não tenha passado por aqui. E vejam que não foi por falta de aviso, porque, humildemente, eu procurei avisar desde o início, eu pedi. Sinto muito que a última instância dela seja o Conselho Nacional de Educação. Ela tinha que ter passado por aqui, e isso tinha que ter sido feito antes, em tempo hábil. Ainda pode ser feito? Não sei.

A Base Nacional Comum Curricular — atentem para isso — vai revolucionar a sociedade brasileira. Ela ainda não está boa. Mas ela vai revolucionar a sociedade



brasileira, porque vai trabalhar com todas as crianças a partir dos 4 anos de idade, dos 4 aos 14 anos de idade. Esta Casa, os Deputados tinham que chamar para si essa responsabilidade. As crianças não são filhas do povo?

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Prof. Orley, permite-me um aparte?

Sei que não cabe, mas, Sr. Presidente, dentro do que ele está dizendo, não seria possível à Comissão, partindo de V.Exa., como Presidente, ou do Relator, fazer um convite para que esse pessoal que cuida da BNCC esteja aqui, venha participar de uma reunião conosco?

O SR. ORLEY JOSÉ DA SILVA - Não, Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Deputado Pr. Marco Feliciano, apenas queria fazer uma ponderação: esse é um tema absolutamente desconexo do projeto. Embora o conteúdo seja conexo, o tema aqui é o Projeto Escola Sem Partido. Nós não temos prerrogativa para convidar os conselheiros para virem fazer debate sobre um tema que está lá no Conselho.

Embora eu dialogue com as mesmas preocupações de V.Exa., o foco do nosso debate aqui é o projeto. Lá há outro projeto, que está em construção no âmbito da Secretaria.

Mas, se V.Exa. me permite — nós já estamos com a Ordem do Dia para começar no plenário, e há um novo painel já aberto —, eu gostaria que o nosso convidado, se possível, concluisse sua fala com ponderações em relação às perguntas dos nossos internautas.

Quanto a esse tema da Base Nacional Comum Curricular, nós podemos abordá-lo em outro momento, até na Comissão de Educação. Nós podemos aprovar um requerimento na Comissão de Educação e levar para lá o debate. Agora, se nós abrirmos esse tema para o Escola Sem Partido, acho que não conseguiremos terminar de enfrentá-lo este ano.

Eu comprehendo a preocupação de V.Exa., que é a mesma que tenho. Só acho que nós não temos condições de trazer esse tema para dentro do Escola Sem Partido e de convidar os conselheiros.

O SR. ORLEY JOSÉ DA SILVA - Eu vou continuar, Sr. Presidente.



Eu não me refiro ao Escola Sem Partido. Mas, da mesma forma que o Plano Nacional de Educação passou por aqui, é preciso que a Base Nacional Curricular também passe.

Aqui temos uma pergunta do Gilson Ricardo: “*Por que os partidos de esquerda são contra o Projeto Escola Sem Partido?*”

Os partidos de esquerda são contra o Projeto Escola Sem Partido porque eles são os beneficiários da doutrinação que acontece nas escolas. O sistema educacional brasileiro hoje é dominado pela Esquerda. Se fosse o contrário, certamente quem estaria nesta mesa de discussão aqui seriam os partidos de esquerda. Seriam eles que estariam querendo produzir um Projeto Escola Sem Partido.

“*De que forma o projeto de lei impacta no cotidiano das escolas?*” O impacto vai ser no sentido de que, nas escolas, as discussões seriam realmente múltiplas, e não unilaterais, como têm acontecido. As discussões nas escolas seriam realmente democráticas, porque a democracia tão falada não tem chegado à escola.

“*Vai poder falar de política dentro da escola? O professor vai poder falar de política?*” Sim, é claro. O professor vai poder falar de todos os assuntos. A única coisa que o professor não vai poder fazer é tomar partido. Ele vai ter que tratar do mesmo assunto de acordo com as diversas versões, as diversas possibilidades. Mas o professor, sim, vai poder continuar falando sobre todos os assuntos em sala de aula.

“*Queria saber se a BNCC respeita os princípios legais que a Escola Sem Partido tem trabalhado para divulgação. Existe alguma relação ou não? Salvo engano, a BNCC quer uniformizar a educação do País em escolas públicas e particulares.*” Bom, embora a terceira versão da BNCC tenha melhorado bastante, eu a vejo com um problema muito grande ainda, pois considero que ainda tem um viés muito forte partindo do multiculturalismo, daquele multiculturalismo mais radical, e do método crítico-histórico.

Outra pergunta: “*Como ficaria o ensino religioso com o Escola Sem Partido?*” Eu acho que nós já temos uma legislação boa. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — LDB já trata desse tema. Eu acho que seria só seguir o que está na LDB.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Agradeço mais uma vez ao Prof. Orley José por suas contribuições nesta Comissão Especial.

Apenas para dialogar com o Deputado Pr. Marco Feliciano, que suscitou a questão do debate sobre a nova Base Nacional Comum Curricular, que o professor trouxe aqui, informo que, na próxima quinta-feira, a Comissão de Educação da Casa vai discutir esse tema no Plenário 10, às 9h30min da manhã.

Eu pedi ao Paulo, Secretário da Comissão, que informasse a todos os Deputados membros desta Comissão, para que, querendo e tendo disponibilidade, S.Exas. possam também participar do debate. Esta audiência pública que acontecerá na Comissão de Educação será uma oportunidade para esclarecer dúvidas e apontar preocupações.

Eu acho que o tema é realmente importante. A proposta que o Prof. Orley traz, de submeter esse tema ao Parlamento, é um assunto recorrente na Casa, embora haja uma delegação ao Conselho para que o faça em nome do Parlamento.

Aliás, esta Casa já abriu mão de muitas de suas prerrogativas, não só em relação a temas ligados à educação, mas também a outros temas. Nós temos essa delegação. E não raras vezes, o próprio Parlamento reclama daquilo que ele mesmo fez, ao delegar um espaço ao Poder Executivo para que faça algo em seu nome.

Mas, enfim, o Parlamento tem o poder de rever suas próprias decisões, dentro do foro apropriado, utilizando o instrumento legal apropriado.

Prof. Orley, agradeço mais uma vez a V.Sa. pela presença e lhe concedo a palavra para as considerações finais.

O SR. ORLEY JOSÉ DA SILVA - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu só queria dizer que escrevi uma nota técnica sobre a Base Nacional Comum Curricular, em parceria com a Profa. Viviane Petinelli, de Belo Horizonte, uma jovem muito talentosa, doutora pela Universidade de Harvard.

Nós fizemos uma análise da BNCC de acordo com o nosso ponto de vista. Essa análise está à disposição e pode servir de argumento para os senhores. Está certo? Nós temos já a coisa mastigada para os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Agradeço mais uma vez ao Prof. Orley José, a quem novamente peço que deixe com a nossa Secretaria o conteúdo da apresentação e, se possível, encaminhe também formalmente esse



estudo, esse parecer que produziu, em cooperação com mais uma especialista. Quando o estudo chegar à Comissão, dele daremos conhecimento aos Parlamentares, para que aqueles que quiserem se aprofundar no assunto tenham acesso a ele.

Mais uma vez agradeço ao Prof. Orley pela presença e pela cooperação. Agradeço ao Relator, o Deputado Flavinho, ao Secretário Paulo Novais, a todos os Parlamentares aqui presentes, ao Prof. Nagib, sempre presente também, àqueles que nos acompanharam pelos meios de comunicação, pelo e-Democracia, pelo Facebook, pelo Youtube. Nós queremos agradecer à equipe da *TV Câmara* e do e-Democracia. Enfim, todos os nossos colaboradores recebam os nossos agradecimentos, especialmente os internautas e os que nos acompanham durante todas as nossas reuniões.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando reunião para o dia 7 de junho, às 15 horas, em plenário a definir, destinada à audiência pública de convidados e à deliberação de requerimentos.

Agradeço a presença a todos.

Está encerrada a reunião.